



CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

DIEGO EDUARDO BATISTA IVASCO
RU: 1783427

ASSESSORAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE
CURITIBA

CURITIBA
2021

DIEGO EDUARDO BATISTA IVASCO

**ASSESSORAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE
CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Me. Marcos Antonio Klazura

CURITIBA

2021

DIEGO EDUARDO BATISTA IVASCO – RU: 1783427

**ASSESSORAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE
CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Me. Marcos Antonio Klazura
Centro Universitário Internacional UNINTER

Esp. Marcia Aparecida Osovski Suss
Centro Universitário Internacional UNINTER

Dr. José Luis de Oliveira
Centro Universitário Internacional UNINTER

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois mesmo não merecendo seu amor, ele me acolheu e me deu força para continuar e seguir na realização deste sonho. À minha avó paterna, Olinda Genaro Ivasco (*in memorian*), ao meu avô materno, José Roberto Jamberti (*in memorian*), aos meus professores Dorival Costa (*in memorian*) e Rafaela Pereira da Rocha (*in memorian*), doutores do conhecimento que me auxiliaram na formação e luta pelos direitos humanos e justiça social.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por seu amor e proteção, pois mesmo não merecendo, me acolheu e foi misericordioso, me dando forças para seguir na realização desse sonho.

Agradeço a minha melhor amiga, parceira, companheira, namorada e esposa Elizaine dos Santos Batista Ivasco, pois sempre esteve do meu lado em todos os momentos desse processo, sempre me apoiando e me dando forças para seguir. Sem ela nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus sogros Vera e Adair, meus pais de coração, que sempre me deram suporte, permitindo que tivesse todas as condições necessárias para o término desse curso. Obrigado por todos os ensinamentos e conselhos.

Agradeço aos meus pais, por sempre me ensinarem a correr atrás dos meus objetivos, pelo carinho e amor.

Agradeço a minha supervisora de campo, Marlene Batista da Silva, pois abriu as portas para meu ingresso como estagiário no Escritório Regional de Curitiba, em um momento muito difícil da minha vida pessoal e profissional. Agradeço imensamente pelos conhecimentos passados, pelo carinho, pela paciência, pelas correções e por me ensinar a ser mais crítico. Marlene, você é uma inspiração como assistente social!

Agradeço a Daniele Linhares de Angelo Vieira, pedagoga do ER Curitiba, que além de ter sido essencial na escolha da minha inserção no ER, foi um exemplo de gestora pública, me ensinando o compromisso com os usuários dos serviços públicos.

Agradeço a todos (as) os professores (as) do Curso de Serviço Social UNINTER, que agregaram conhecimento durante minha formação, em especial agradeço ao professor Dorival da Costa (*In memorian*), que sempre me incentivou para a pesquisa e a professora Denise Erthal, que me aceitou e me acolheu como pesquisador no Projeto de Pesquisa.

Agradeço a professora Ana Carolina Vidigal, que esteve presente em todos os ciclos da minha formação, nos momentos bons e ruins, sempre me aconselhando e orientando, mostrando que a vida é SÓ ALEGRIA!

Agradeço às minhas amigas da turma da tia Stela, Andreia, Juliana, Maria Josiane, Tayane, Bruna, Elaine, Gabriela, Camila e Stela, que juntos construímos vínculos,

união e empatia, mostrando que a luta coletiva alcança horizontes muito maiores do que a individualidade.

Agradeço em especial também ao ser humano mais extraordinário que conheci, meu orientador Marcos Antonio Klazura, exemplo de ser humano e de profissional. Obrigado pela paciência, pelo carinho, dedicação, orientação e comprometimento neste trabalho, você é uma inspiração para mim!

Agradeço aos professores que estiveram na minha banca, professor José e professora Marcia, nos quais possuo um carinho especial e contribuíram muito para a conclusão desse processo, incentivando e acreditando na minha formação. Obrigado por todo carinho, pelos ensinamentos e pelo comprometimento com a categoria profissional.

A atenção da assistência social voltada a problemas coletivos e socioterritoriais, aponta para a superação de abordagens setorializadas e particularizadas, conduzindo a uma intervenção universalizada, sob as lógicas intersetorial, matricial e de abordagem integral. E, nesta relação de proximidade, a mobilização e o engajamento do poder local, com destaque para lideranças populares e participação dos próprios beneficiários podem fazer a diferença no processo de elaboração do planejamento e gestão da assistência social., a partir da dimensão concreta do lugar e de seus moradores.

(BRASIL, 2008, p.23)

RESUMO

A gestão da Política de Assistência Social é um campo fértil para o trabalho do assistente social, porém, são poucos os materiais que discutem a atuação profissional nesse espaço sócio-ocupacional. Sobre esse debate, o presente trabalho monográfico tem como objetivo geral identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba. Para tanto, elencou-se como objetivos específicos: Conhecer a categoria trabalho na sociedade capitalista, demarcando o Serviço Social enquanto profissão e o Assistente Social como trabalhador; apontar um breve histórico da Política da Assistência Social no Brasil, contextualizando a execução da gestão pública desta política; e, por fim, demonstrar o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba. Para responder aos objetivos propostos, utilizou-se o método crítico dialético, bem como metodologia, a abordagem qualitativa, de natureza exploratória. Cabe ressaltar que foi realizada a pesquisa de campo com as assistentes sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba, bem como com os gestores e técnicos da Política de Assistência Social nos municípios, por meio do questionário no formato semiestruturado, contendo 7 perguntas. Para a análise da pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo, na qual foi empregada a categorização. Desta forma, foi possível compreender as mudanças do mundo do trabalho, bem como a história da Política da Assistência Social e sua relação com a gestão social. Contudo, constatou-se a importância da prática profissional nesse espaço, bem como a utilização do assessoramento técnico como instrumento de atuação e transformação da realidade. E por fim, evidenciou-se a articulação entre teoria e prática, desmistificando a falácia sobre a indissociação entre essas duas dimensões.

Palavras-chave: Gestão 1. Assistência Social 2. Assessoramento Técnico 3.

ABSTRACT

The management of the Social Assistance Policy is a fertile field for the work of the social worker, however, there are few materials that discuss professional performance in this socio-occupational space. About this debate, this monographic work aims to identify how the work of the Social Worker takes place in advising the State Policy on Social Assistance to municipalities linked to the Regional Office of Curitiba. For this purpose, the following specific objectives were listed: To know the category of work in capitalist society, demarcating Social Work as a profession and the Social Worker as a worker; to point out a brief history of the Social Assistance Policy in Brazil, contextualizing the execution of the public management of this policy; and, finally, demonstrate the work of the Social Worker in advising the State Policy on Social Assistance to municipalities linked to the Regional Office of Curitiba. To respond to the proposed objectives, the critical dialectical method was used, as well as the methodology, the qualitative approach, of an exploratory nature. It is noteworthy that the field research was carried out with the social workers located in the Regional Office of Curitiba, as well as with the managers and technicians of the Social Assistance Policy in the municipalities, through a questionnaire in a semi-structured format, containing 7 questions. For the analysis of the research, content analysis was used, in which categorization was used. In this way, it was possible to understand the changes in the world of work, as well as the history of the Social Assistance Policy and its relationship with social management. However, it was found the importance of professional practice in this space, as well as the use of technical advice as an instrument of action and transformation of reality. And finally, the link between theory and practice was evidenced, demystifying the fallacy about the inseparability between these two dimensions.

Key-words: Management 1. Social Assistance 2. Technical Advice 3.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ARCPF	Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ER	Escritório Regional
DAS	Departamento da Assistência Social
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/SUAS- RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAS	Plano de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial

PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEJUF	Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
SEPT	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNINTER	Centro Universitário Internacional Uninter

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO I: O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	18
2.1	NOTAS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO	18
2.2	O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO E O ASSISTENTE SOCIAL COMO TRABALHADOR	23
3.	CAPÍTULO II: BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	29
3.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	29
3.2	GESTÃO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
4.	CAPÍTULO III: SERVIÇO SOCIAL E ASESORAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	39
4.1	GESTÃO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	39
4.2	O ASESORAMENTO TÉCNICO COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	40
4.3	DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ASESORAMENTO TÉCNICO NA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	41
4.3.1	Entrevistas com as Assistente Sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba.....	43
3.1.1	Análise do Questionário enviado para os gestores e técnicos da gestão do SUAS dos municípios.....	50
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS LOTADAS NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	
	66	
	APÊNDICE B – QUESTÕES NORTEADORAS DO QUESTIONÁRIO ONLINE ENVIADO PARA OS GESTORES E TÉCNICOS DOS 29 MUNICÍPIOS VÍNCULADOS AO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	67

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO PARA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS LOTADAS NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	68
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ONLINE, ENVIADO PARA OS GESTORES E TÉCNICOS DOS 29 MUNICÍPIOS VÍNCULADOS AO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA	69

1 INTRODUÇÃO

A idealização da temática do Presente Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Uninter Internacional – UNINTER é fruto da experiência de estágio curricular obrigatório no Escritório Regional de Curitiba, sendo um dos órgãos descentralizados da Política Estadual de Assistência Social.

O referido órgão está localizado dentro do Departamento da Assistência Social – DAS, na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, sendo o principal órgão de gestão e articulação do DAS com os municípios, para uma melhor gestão e execução da Política de Assistência Social.

Diante da observação no estágio no que tange ao fazer profissional das Assistentes Sociais do Escritório Regional, foi possível identificar a relação do trabalho da gestão com as dimensões da profissão, bem com o Projeto Ético-Político da profissão, projeto este que possibilita um olhar crítico da realidade. Ainda que essa atuação aconteça em um espaço pouco discutido, a intervenção profissional fomenta a garantia de direitos e a participação dos usuários na Política de Assistência Social.

Nesse sentido, a partir dessa experiência é que foi gerado a pergunta problema do presente Trabalho de Conclusão de Curso: Como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba?

Diante do exposto, a partir da pesquisa feita acerca da temática proposta, foi definido o objetivo geral que consiste em identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

Deste modo, foi escolhido os seguintes objetivos específicos para dar conta da realidade estudada: Conhecer a categoria trabalho na sociedade capitalista, demarcando o Serviço Social enquanto profissão e o Assistente Social como trabalhador; apontar um breve histórico da Política da Assistência Social no Brasil, contextualizando a execução da gestão pública desta política; e, por fim, demonstrar o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

O interesse pelo tema proposto se fundamenta pelas experiências vividas durante o período de estágio, no qual foi possível perceber a existência de poucos materiais que abordam o trabalho do Assistente Social inserido nos órgãos gestores, bem como dos instrumentais e técnicas utilizadas.

A reflexão sobre o trabalho do Assistente Social na gestão é uma temática que vem ganhando cada vez mais atenção da categoria profissional, sinalizando a necessidade de produção teórica que possa subsidiar as discussões e a atuação do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional.

Para responder à problemática proposta, na metodologia dessa pesquisa optou-se por usar o método materialismo histórico dialético. A escolha do citado método se dá pela análise concreta da realidade, bem como no entendimento da totalidade das relações sociais. Segundo Netto (2011, p.56) a totalidade “não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.

Ainda de acordo com o autor, na sociedade burguesa a realidade é dinâmica, seu movimento se dá a partir do caráter contraditório de todas as totalidades. Sem as contradições, as totalidades seriam inertes. (NETTO, 2011)

Para desvelar o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba, foi utilizado como aporte teórico a revisão bibliográfica. Segundo Veroneze (2019, p.165) “como a verificação de obras, artigos, dissertações, teses e diversas fontes de pesquisa sobre o objeto”.

Nesse sentido, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir da abordagem qualitativa. Segundo Veroneze (2019, p.195) “consiste na relação dinâmica entre o pesquisador, o sujeito e o objeto, em que busca analisar os fatores objetivos e subjetivos da investigação”.

Deste modo, o processo de pesquisa se deu por meio da natureza exploratória, que de acordo com Veroneze (2019, p.162) nesse modelo de pesquisa “pode-se verificar ou fazer abordagens sobre algo cujo conhecimento produzido é insuficiente ou não houve análise sobre determinado assunto”.

Para materializar a pesquisa exploratória, se fez necessário utilizar a pesquisa de campo. Para Minayo et al. (2008, p.61) “o trabalho de campo permite a

aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade”.

Visando obter a validade científica, foi empregado a amostragem. Amostra é, Segundo Gil (1987, p.92) “Subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Para que se torne possível atender a amostragem, foi escolhido como tipo de amostragem, a amostragem estratificada. Para Gil (1987, p.95) “caracteriza-se por pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada”.

Com a amostragem delimitada, se apropriou como técnicas de coletas de dados, a pesquisa de campo com entrevista semiestruturada e questionário online. A entrevista foi realizada com as assistentes sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba. De acordo com Veroneze (2019, p.178) “podem ainda, ser realizadas de maneira semiestruturada, com combinação de perguntas abertas e fechadas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre algum tema de acordo com os objetivos do entrevistador”.

Já o questionário online, foi enviado para os 29 municípios que compõe a regional de Curitiba. Os municípios pesquisados foram: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

Foram responsáveis por responder ao questionário os técnicos e gestores da gestão da assistência social de cada município, pois sendo esses, os principais profissionais atendidos pelo Escritório Regional de Curitiba.

Assim como a entrevista, o questionário teve perguntas abertas e fechadas, de modo que foi possível perceber a efetividade do trabalho do Assistente Social, referente ao assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social.

Após a coleta de dados, foi realizada a análise de conteúdo para a interpretação e realização da análise da pesquisa. Segundo Bardin (1977, p.95) “A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação”.

Vale salientar, que dentro desse processo de análise, foi empregado a análise com categorias. Em concordância com Minayo et al. (2021, p.70) “as categorias são

empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito”.

Diante do exposto, no presente trabalho de conclusão de curso está vinculado à linha de pesquisa: Formação, Práticas e identidade profissional, que inclui a Gestão de Serviços e Práticas Profissionais.

Contudo, a escolha se deu pela perspectiva da atuação profissional na área de gestão social, que possibilita o envolvimento do sujeito, o processo de trabalho do Assistente Social e o serviço prestado nos espaços sócio-ocupacionais.

Mediante exposto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro buscou-se conhecer a categoria trabalho na sociedade capitalista, demarcando o Serviço Social enquanto profissão e o Assistente Social como trabalhador.

Em seguida, no segundo capítulo foi apontado um breve histórico da Política da Assistência Social no Brasil, contextualizando a execução da gestão pública desta política.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio das entrevistas feitas com as assistentes sociais locadas no Escritório Regional de Curitiba e os questionários enviados para a os gestores e técnicos da Gestão da Política da Assistência Social dos municípios.

Ainda de acordo com o terceiro capítulo, foi discutido a Gestão da Política da Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba, o assessoramento técnico como instrumento da atuação profissional, bem como desafios e possibilidades no trabalho do Assistente Social no assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba.

2 CAPÍTULO I: O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo conhecer a categoria trabalho, especificamente na sociedade capitalista, entendendo sua história e influência nas relações sociais na contemporaneidade, bem como a inserção do serviço social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

O capitalismo surgiu no início da Idade Moderna, trazendo consigo as relações de dominação do modo de produção feudal, tendo seu auge na Revolução Industrial. Nesse sentido, o capitalismo é o modo de produção de mercadorias e da transformação da força de trabalho em mercadoria, colocando-as em troca por alguma coisa. (CATANI,1980)

O principal requisito para a existência do capitalismo é concentração privada dos meios de produção de uma classe social, o que automaticamente torna outra classe social dependente desse processo.

Conforme posto, com o capitalismo há mudanças no mercado de trabalho, principalmente com o trabalho especializado e o aumento da desigualdade. Nesse sentido, viu-se a necessidade de encontrar profissionais que intervissem na realidade.

Desde modo, o assistente social é esse profissional, que ao intervir na realidade, busca conhecer seu próprio objeto de trabalho, e por meio de seu processo de trabalho, realizar nele um processo de mudança.

2.1 NOTAS SOBRE A CATEGORIA TRABALHO

Definir essa categoria é uma tarefa que exige um processo reflexivo. Segundo Fernandes (2008, p. 43) “os significados que o trabalho assumirá historicamente estão condicionados diretamente pelo modo como a sociedade se organiza em torno da produção e reprodução da vida”.

Comumente, o trabalho é definido como um emprego ou profissão de alguém em troca de um salário, ou seja, uma atividade que faz parte da vida cotidiana dos seres humanos, entretanto, não se deve limitar esse entendimento como um simples conceito.

Para compreender melhor essa categoria, é preciso olhar cientificamente para ela, de modo que se possa compreender a história do trabalho na sociedade. Segundo Colmán e Pola (2019, p. 4) “Antes das sociedades serem divididas em classes sociais a divisão do trabalho era natural, baseado na idade e sexo dos integrantes da comunidade”.

Nesse sentido, o homem tinha uma relação forte com a natureza, pois a produção se referia a valores de uso coletivo da comunidade. O trabalho nas sociedades primitivas era então, a interação do homem com a natureza, e dessa interação, o homem transformava a natureza em bens para adquirir sua sobrevivência. (MARX,1844)

Nesta perspectiva, Marx e Engels (1977) reforçam a importância da categoria trabalho, bem como a diferença entre o ser humano e o animal. De acordo com Marx e Engels (1977, p.71) “O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho”.

Com a repetição de atividades, o homem começa a utilizar um conjunto de habilidades que hoje podemos chamar de técnica. Segundo Carvalho e Marcelino (2019, p.34) “O domínio da técnica permite ao indivíduo criar melhores formas de produção, de modo que desenvolva novas habilidades que permitirão ao homem o domínio de conhecimentos”.

A expansão do capitalismo trouxe diversas descobertas, aperfeiçoamento tecnológico e mudança nas relações sociais, fato este que permitiu o avanço das forças produtivas e exploração da classe trabalhadora. (FERNANDES, 2008).

Nas relações sociais no capitalismo, o trabalhador é somente o dono de sua força de trabalho, todavia, o empregador não somente detém os meios de produção, mas da apropriação privada dos resultados alcançados pela classe trabalhadora.

Para se compreender a diferença da forma orgânica do trabalho e da apropriação e exploração da força de trabalho do trabalhador no capitalismo, é preciso tencionar as relações sociais.

No capitalismo, o trabalho se torna valor de uso e de troca, que quando vendida sua força de trabalho, em troca, ganhava uma remuneração (salário). (FERNANDES, 2008).

De acordo com a autora acima referenciada, essa mudança nas relações sociais possibilitou a divisão sociotécnica do trabalho, tornando o trabalhador um

especialista, de modo que o dono dos meios de produção organizasse e tivesse controle de todo o processo de trabalho, bem como de exploração, como por exemplo: carga horária, condições e ritmo de trabalho.

Os processos de trabalho são também, processos sociais, pois a produção técnica material não pode ser pensada de forma desconectada das relações de produção entre pessoas. Nesse sentido, o modo de vida social, política e econômica da sociedade influencia diretamente na produção e reprodução da vida material, todavia podemos entender que o homem é um produto histórico. (COLMÁN; POLA, 2019).

Dessa forma, no sistema capitalista, segundo Colmán e Pola (2019, p. 6) “o trabalho privado só interessa ao produtor na medida em que pode ser permutado por outro trabalho útil”. Contudo, o trabalho não serve como um meio de subsistência para o dono dos meios de produção, mas sim o trabalho que gera para a venda. Esse processo torna a categoria trabalho em trabalho social.

Na contradição dialética de Karl Marx, segundo Fernandes (2008, p.48) “o capital só pode se materializar sob a forma de mais capital se submeter o trabalho humano à condição de mercadoria”. O trabalhador assalariado então, ao vender sua força de trabalho torna-se mera mercadoria, pois a tem como único meio de garantir sua subsistência.

A forma mercadológica das relações sociais no capitalismo acontece na relação de assalariamento, que segundo Fernandes (2008, p.49) “em que o trabalhador tendo vendido a força de trabalho ao capitalista, aliena-se ele próprio do produto de seu trabalho”.

De acordo com as ideias da autora citadas anteriormente, no capitalismo, o homem já não mais possui controle de todo o processo de produção, mas também não reconhece o resultado de seu trabalho, pois aliena-se do produto e de seu trabalho.

Nesse sentido, acontece a desvalorização da mão de obra do trabalhador, o que permite mais ganho ao capitalista. De acordo com Marx (1844, p.80) “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão”. Diante do exposto, o trabalhador transforma-se em uma mercadoria mais barata do que a que ele produz.

Nesta perspectiva, o processo de trabalho no capitalismo se fundamenta em dois conceitos centrais: A mais-valia e alienação. (CATANI,1980)

De acordo com o autor acima, a mais-valia é o processo de criação de valor sobre a força de trabalho humana. Mediante posto, segundo Catani (1980):

Para se obter a mais valia, de acordo com Marx, 'seria preciso que o possuidor do dinheiro descobrisse no mercado uma mercadoria cujo valor de uso fosse dotado da propriedade singular de ser fonte de valor', uma mercadoria cujo processo de consumo fosse, ao mesmo tempo, um processo de criação de valor; criação de mais-valia. Essa mercadoria existe: é a força de trabalho humana. O seu uso é o trabalho, e o trabalho cria valor. (CATANI,1980, p.28)

Ainda segundo o autor, a força de trabalho humana é vendida pelo mesmo valor dos meios de subsistência, criando um ciclo vicioso, dando ao trabalhador somente o necessário para sua sobrevivência.

Nessa mesma direção, tendo comprado a força de trabalho, o capitalista se apropria desta, obrigando-a a produzir mais durante mais tempo, gerando o trabalho excedente. Desta forma, Catani (1980, p.31) elucida que “no espaço de um dia, de uma semana, ou de um mês de trabalho, o trabalhador produz muito mais que seu salário”.

Mediante exposto, esse processo é apropriado pela classe capitalista, criando mais riqueza e gerando mais-valia, ou seja, mais força de trabalho não paga. Desta forma, a classe trabalhadora consome apenas uma pequena parte do que produz, parte esta que é a necessária somente para continuar trabalhando e sobrevivendo.

Conforme citado anteriormente, a força de trabalho humana no capitalismo se torna mercadoria, sendo o trabalho o meio pelo qual o capitalista gera valor e alienação, tornando o trabalhador alheio ao produto final.

A alienação se fundamenta na divisão social do trabalho, que segundo Bulla (2003, p.4) faz a “separação entre o homem e seu semelhante, gerando relações de competição”. Todavia, o trabalhador no processo de produção capitalista, não reconhece o produto de seu trabalho e nem o seu semelhante, causando assim uma divisão da sociedade em classes.

A relação capital e trabalho é, portanto, um processo entre classes. O dinheiro não pode ser transformado em capital, se primeiramente não houver troca por capacidade de trabalho vendida pelo próprio trabalhador. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Nessa perspectiva, os autores destacam que:

Como a classe trabalhadora dentro do processo produtivo não é mais que um modo de existência do capital, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho aparece como força produtiva do capital, com propriedades inerentes aos meios de produção enquanto valores de uso, enquanto coisas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.61)

Esse pensamento forma o que os autores chamam de caráter social das condições de trabalho, pois aparecem como algo natural, inerente ao capital, independente do trabalhador. Conforme exposto, no processo social de produção, a classe trabalhadora não só produz mercadorias, mas capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Todavia, o trabalho se torna algo externo ao trabalhador, resultando na negação do próprio trabalho, o que transforma o conhecido em desconhecido. O trabalho se torna uma atividade forçada, causando a falsa impressão de liberdade do trabalhador sobre o trabalho. Essa falsa sensação se dá quando este se torna livre desse processo de produção. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Nesse sentido, o trabalho não é algo necessário para satisfazer a própria necessidade, mas sim a necessidade alheia, estranha a ele. Esse processo mostra que o trabalho não pertence ao trabalhador, todavia, o trabalho se torna um dos meios de produção do capitalista.

A dominação do capitalista sobre o trabalhador é consequência da coisificação do homem, bem como da sua força de trabalho. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p.63) “esta aparente transformação de relações sociais em relações entre coisas é uma inversão inerente e própria ao processo de produção e reprodução do capital”.

Contudo, podemos perceber que as contradições das relações sociais estão ligadas no ciclo do capital, de modo que favoreça o processo de acumulação e exploração do trabalhador.

No ciclo do capital, o modo de produção busca a acumulação da riqueza, sendo monopolizada por uma pequena parte da sociedade, enquanto isso, a classe trabalhadora só acumula processos de pauperização. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Deste modo, a exploração e o processo de pauperização acontecem também na vida privada do trabalhador, afetando suas condições de saúde, habitação, intelectual, bem como a apropriação de seu tempo livre.

Diante do exposto, Iamamoto e Carvalho (2014) ressaltam que o capitalismo transforma a vida do trabalhador em um ambiente de luta pela sobrevivência, pois a precarização do trabalho favorece ainda mais a exploração das relações sociais.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO E O ASSISTENTE SOCIAL COMO TRABALHADOR

Mediante aos acontecimentos sócio-históricos do mundo do trabalho, conforme citado anteriormente, com o advento do capitalismo houve a divisão sociotécnica do trabalho, tornando o trabalhador, por meio das relações sociais e do trabalho, um especialista e organizando as estruturas de execução e gestão desses processos. (IAMAMOTO, 2000)

Fruto dessa especialização, de acordo com a autora acima referenciada, surge o Serviço Social, sendo uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, tendo sua prática condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil, principalmente com o processo de industrialização e urbanização.

Ainda nesse debate, Iamamoto(2000) afirma que o Serviço Social é uma profissão que veio para mediar conflitos entre classes, a partir do momento que o Estado passa a considerar a Questão Social¹ como consenso, e não mais como coerção. Nesse sentido, está aí a raiz histórica das demandas do Serviço Social.

Nesta perspectiva, o Estado passa a utilizar o Serviço Social como estratégia emergente para intervir na Questão Social, de forma filantrópica mediante ao capitalismo monopolista.

Desse modo, podemos problematizar que o trabalho do assistente social foi no sentido de atuar na socialização do operariado, fazendo-o se readaptar às novas forças produtivas, bem como ao ritmo da vida industrial. (IAMAMOTO, 2008)

De acordo com as pesquisas feitas anteriormente, o trabalho é o contato com a natureza, meio pelo qual o homem satisfaz sua necessidade, bem como transforma-a para sua subsistência.

Nesse sentido, é por meio do trabalho que o homem se afirma como ser social, se diferenciando dos animais, pois ele é o único ser que consegue dar

¹ A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. (NETTO, 2001, p.153)

respostas conscientes às suas necessidades, de modo que essa atividade seja feita antecipadamente, no momento que este projeta o resultado a ser alcançado. (IAMAMOTO,2000)

Desta maneira, o trabalho é a prática concreta, perpassando por ser uma atividade material e imaterial, que segundo lamamoto (2000, p.59) “opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas”.

Sobre este debate, podemos destacar que o Serviço Social enquanto trabalho é elemento do ser social, e que qualquer processo de trabalho demanda matéria prima, que por meio da sua intencionalidade, constrói meios, técnicas e instrumentos para intervir na realidade. (IAMAMOTO, 2000)

Sob essa ótica, o Serviço Social busca direcionar sua ação, de modo a reconhecer a Questão Social como sua matéria prima e objeto de trabalho, pois é por meio das suas múltiplas expressões que gera a necessidade de obter profissionais que atuem na transformação desta realidade.

Neste contexto, o assistente social deve levar em conta a conjuntura política, econômica, cultural e sócio-histórica para que consiga notar as particularidades de cada processo das expressões da Questão Social.

Nesta mesma direção, o profissional deve se apropriar da realidade posta, compreendendo como as múltiplas expressões influenciam na vida das pessoas que as vivenciam. (IAMAMOTO, 2000)

Vale salientar que o Serviço Social brasileiro surgiu na década 1930, para atender as demandas vivenciadas pelo período da industrialização no país, bem como o processo de pauperização que surgiu com a migração dos trabalhadores da zona rural para os grandes centros urbanos. (PERES, 2011)

Em meio a este cenário histórico, a partir de 1932 a Igreja Católica encontrou um terreno fértil para o enfrentamento das múltiplas manifestações da Questão Social. Desse modo, essa intervenção da Igreja aconteceu por meio das teorias da ação católica, cujo objetivo era de fomentar a intelectualidade da juventude católica.

De acordo com lamamoto e Carvalho (2014):

A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento laico de um arsenal de posições, programas e respostas aos problemas sociais, ao formular uma via cristã corporativa para a harmonia e progresso da Sociedade: Deus é a fonte de

toda justiça, e apenas uma sociedade baseada em princípios da cristandade pode realizar a justiça social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.168)

Podemos observar que o Serviço Social emerge no Brasil por meio da Reação Católica e pela efervescência do capitalismo, construindo uma profissão que carregasse por muito tempo uma formação ligada à religiosidade, com ações caritativas pelas próximas quatro décadas. (PERES, 2011)

Nesta perspectiva, em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, atualmente sendo a Pontifícia Universidade Católica - PUC São Paulo, transformando-se até os dias de hoje, referência nas especializações, mestrados e doutorados.

Conforme posto acima, a formação profissional foi direcionada para o enfrentamento da Questão Social, capacitando profissionais para atuar nos programas sociais da igreja, com lógica doutrinadora e conservadora, a fim de justificar a ordem e dominação burguesa.

Nessa mesma direção, em 1940 com o avanço da industrialização no Brasil, houve um aumento no mercado de trabalho e na procura pelo trabalho do Serviço Social, principalmente nas grandes instituições assistenciais. Nesse sentido, em 1942 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

O CNSS tinha funções específicas, como por exemplo, segundo Iamamoto e Carvalho (2014):

Inquéritos e pesquisas sobre a situações de desajustes sociais; a organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado; sugerir quanto às políticas sociais a serem desenvolvidas pelo governo; opinar quanto a concessão de subvenções governamentais às entidades privadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 264)

Essa ação ofereceu à institucionalização do Serviço Social, expandindo o número do que os autores chamam de: trabalhadores sociais. A partir da concessão de escolas técnicas, começam a aparecer as primeiras técnicas que os assistentes sociais utilizam hoje em seu cotidiano.

Sob essa ótica, os trabalhadores sociais, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), começam a realizar visitas domiciliares e entrevistas, com o objetivo de realizar encaminhamentos, como por exemplo: ao médico, emprego, regulamentação de documentos e regulamentação da vida conjugal.

Sobre esse debate, o Estado passou a ser o principal empregador de assistentes sociais, devido a necessidade de organizar os serviços para atender as solicitações da população. Vale ressaltar que até 1960 não se discutia sobre políticas sociais, tampouco reconhecia esta perspectiva como instrumento de intervenção estatal. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013)

A partir de 1960, houve uma expansão do capitalismo mundial, contextualizando a América Latina a um desenvolvimento subordinado e excludente. A partir desses acontecimentos, o Serviço Social apropria-se de inquietações e insatisfações deste momento histórico e com o direcionamento da profissão.

Diante do exposto, essa problematização aconteceu por meio de um movimento de renovação, mais conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social, impondo a necessidade dos assistentes sociais de construir um novo projeto, comprometido com a classe trabalhadora. (YASBEK, 2009)

Ainda de acordo com a autora acima referenciada, é no advento deste movimento que começam a acontecer os primeiros questionamentos da profissão, levando em conta a particularidade de cada país, se apropriando e dialogando com as Ciências Sociais, especificamente o método crítico-dialético de Karl Marx.

Vale destacar que neste período, o Brasil começava a viver a ditadura militar, perdurando de 1964 até 1985. O presente período acabou sufocando veementemente os debates críticos desse movimento, impactando nas relações sociais e no trabalho do assistente social.

Nesse contexto, o papel do Estado passou a ser, estrategicamente, de centralizador de processos e técnicas burocráticas, favorecendo métodos repressivos contra os movimentos sociais, bem como o esvaziamento da participação popular no planejamento das ações. (PEREIRA, 2002)

Nessa mesma discussão, o mercado de trabalho para os assistentes sociais procurava profissionais que se adequassem a perspectiva modernizadora e práticas conservadoras, exigindo da categoria uma atuação de racionalidade burocrática-administrativa. (NETTO, 2005)

Ainda de acordo com o autor, visando romper com a atuação tradicionalista, nos anos seguintes o Serviço Social começa a se apropriar das Ciências Sociais, discutindo a atuação dentro do âmbito universitário, tomando uma postura crítica sobre essas práticas.

Embora tenha surgido uma tentativa de renovação da categoria profissional com base na dialética, o lastro conservador ainda acompanhava a profissão, porém agora com uma nova roupagem. De acordo com Netto (2005, p.206) “a nova proposta é uma metodologia genérica pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial”.

Este método perdurou até 1972, sendo substituído pelo atual projeto profissional de intenção de ruptura, sendo construído a luz das bases marxistas, direcionando sua atuação em função das classes exploradas e subalternas. (SILVA, 2011)

A mudança no debate sobre a intervenção profissional, atrelado à construção de um novo projeto societário, não pode ser pensado separadamente do processo de redemocratização do Brasil, bem como das lutas dos movimentos sociais, que traçam a identidade da conjuntura dos anos de 1980.

Vale destacar também, que, a mudança na perspectiva da profissão ocorreu de forma gradativa, tendo marcos regulatórios que consolidaram a profissão como ela é vista hoje.

Deste modo, um dos marcos significativos para o Serviço Social foi a aprovação do Código de Ética de 1993, trazendo consigo princípios e diretrizes fundamentais, tais como direitos, responsabilidades e deveres do assistente social. (BRASIL,1993)

No mesmo ano, a profissão foi regulamentada pela Lei nº8662/93, dispondo sobre competências e atribuições dos assistentes sociais, bem como a responsabilidade do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS.

No que tange a formação profissional, em 1996 foi aprovado as novas diretrizes curriculares, que versa sobre três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996)

Em suma, a construção do Projeto Ético-Político consolida o compromisso do trabalho dos assistentes sociais com os direitos da classe trabalhadora, tendo instrumentos norteadores da atuação profissional.

Em síntese, é por meio da Questão Social e das suas múltiplas expressões que o Serviço Social reconhece a classe trabalhadora enquanto classe, inserida na emergência e inserção no cenário político, lutando pelo seu reconhecimento como classe pelo Estado, por meio de lutas coletivas em prol de direitos, se materializando mediante políticas públicas (IAMAMOTO, 2001).

Embora o Serviço Social seja uma profissão regulamentada como liberal, essa não se materializa como tal. Nesse sentido, o assistente social não detém de todos os meios para efetuar seu trabalho, pelo contrário, este depende de recursos financeiros advindos de programas e projetos de instituições (IAMAMOTO, 2000).

Portanto, o assistente social está meramente ligado à condição de trabalhador, pois vende sua força de trabalho ao empregador. Essa característica não só determina a identidade do assistente social, mas como a profissão é construída historicamente no Brasil.

Diante do exposto, a formação do assistente social é generalista, no entanto, ela traz consigo todo o arcabouço que permeiam as dimensões da profissão, sendo elas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Neste mesmo sentido, o assistente social é capaz de atuar em vários espaços sócio-ocupacionais, com atendimento direto à população, em diferentes políticas, em setores públicos e privados, na defesa de direitos, inclusive na gestão, área que se configura como contemporânea e pouco discutida na categoria.

3. CAPÍTULO II: BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para conhecer a trajetória da assistência, é preciso pensar conjuntamente, de modo que entendamos o nascimento da Assistência Social como política pública dentro dos processos históricos, políticos e econômicos.

A trajetória da Política de Assistência Social é repleta de acontecimentos complexos, fruto da realidade complexa que fez parte do seu processo de construção. Diante disso, houve diversos avanços e retrocessos, favoráveis e desfavoráveis à sociedade civil.

Desta forma, é preciso entender essa relação de disputa de interesses entre Estado e Sociedade Civil e como a gestão pública da Assistência Social se tornou um campo de atuação profissional do assistente social.

Nesta perspectiva, esse capítulo fundamenta-se na trajetória histórica da Assistência Social, demarcando seus marcos legais, percorrendo um pedregoso caminho, desde o cunho assistencial até sua construção como direito.

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Dentro do processo histórico da Política de Assistência Social, os primeiros relatos da assistência social eram de ações voluntárias aos mais pobres, feitas pela Igreja Católica. Segundo Ostapechen (2020, p.17) “a assistência manifesta-se, inicialmente, como prática e atenção aos mais pobres, aos doentes, aos miseráveis, sendo exercida pelos grupos religiosos”.

Nesse sentido, as ações assistenciais à população mais vulnerável e excluída de seus direitos, bem como dos serviços era pontual, de modo a fazer a manutenção da situação dessas pessoas. Segundo Carvalho (2008, p.12) “até 1930 não se apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social, mas sim como uma disfunção pessoal dos indivíduos”.

Diante do exposto, ainda de acordo com a autora, a assistência era tratada como caridade ao próximo. Ao atender essas pessoas, a Igreja Católica encaminhava-as para acolhimentos aos mais pobres.

Deste modo, o Estado era isento de todo o processo de pauperização, passando essa responsabilidade para a igreja. Após a crise mundial de 1929², com as mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas, o Estado brasileiro passa a reconhecer a pobreza como algo a ser resolvido. (CARVALHO, 2008)

O primeiro indício de responsabilização estatal sobre o processo de pauperização, foi o Decreto nº 525, de 1º de julho de 1938. O estado cria a Organização Nacional do Serviço Social, enquanto serviço público federal, estadual e municipal.

A institucionalização da Assistência Social aconteceu em 1942, sob a direção da primeira dama, Darcy Vargas. A Legião Brasileira de Assistência – LBA foi reconhecida como a principal instituição federal para dar resposta às necessidades criadas pela exploração do trabalho.

A LBA surgiu para dar assistência às famílias dos soldados que foram convocados para a Segunda Guerra Mundial, em 1939. Está claro que essa assistência tinha um caráter promocional, pois a partir das ações assistencialistas, ganhou-se apoio político para o governo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Nessa mesma direção, os autores dizem que além de ações assistencialistas e emergenciais, a LBA tinha alguns objetivos básicos:

Executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social; prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 265)

Ainda de acordo com os autores, para consolidar seus objetivos, a LBA ofereceu apoio as escolas especializadas, de modo que ao ampliar o espaço dessas instituições, seria oferecido também, pesquisas e inquéritos sociais. Essa ampliação proporcionou uma educação técnica para os trabalhadores.

Nesse sentido, de acordo com Faleiros (2007):

² “A crise de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados”. (SANDRONI, 1992, p. 151)

Cresceu a demanda por assistentes sociais diplomados, com a perspectiva de que os profissionais graduados atuassem 'na mudança de comportamento das famílias e pessoas, para que melhorassem seus comportamentos e condições quanto à higiene, à moral e à sua inserção na ordem social'. (FALEIROS, 2007, p.13)

De acordo com o propósito de criação da LBA, o órgão era o principal responsável pelo repasse de verbas, de modo que ampliasse e reequipasse as instituições assistenciais particulares.

Os primeiros passos de que o Brasil começaria a construir uma Política Nacional de Assistência Social, foi ainda na ditadura militar, em 1974. Foi criado o Ministério da Previdência Social e Assistência Social. Nesta perspectiva, a assistência se torna uma função pública, desvinculada das outras ações. (PRATES, 2019)

Ainda no período da ditadura militar, em 1977 a Assistência Social é vinculada ao sistema de proteção social, entretanto, ainda não reconhecida como um direito. Esse marco histórico traz a primazia do Estado como o principal órgão responsável pelo processo de pauperização causado pelo capitalismo. (PRATES, 2019)

Mediante posto, pode-se perceber que a história da Assistência Social no Brasil ocorreu de forma lenta e tardia. Todavia, devemos ressaltar que nesse período estávamos vivenciando diversas lutas contra o regime totalitário, bem como o processo de abertura política.

A consolidação da Assistência Social como política pública aconteceu somente em 1988, com a elaboração da Constituição Federal. Esse foi o principal marco histórico da política, pois conquistou o lugar na agenda pública.

A Assistência Social passa a ser, segundo o Art. nº203 "prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social". A Constituição Federal atribui a Assistência Social como direito, fazendo parte da Seguridade Social³, juntamente com a política de Saúde e Previdência Social. (BRASIL,1988)

Como referenciado, a Constituição Federal de 1988 trouxe inúmeros avanços, principalmente no que tange a garantia de direitos. Entretanto, a partir do início da década de 1990, o Estado brasileiro vive a emergência do neoliberalismo, juntamente

³ "Conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". (BRASIL, 1988, art.194)

com seus objetivos, com a minimização do Estado, isto é, a intervenção mínima do estado no mercado e nas relações sociais.

Diante do exposto, não basta o Estado garantir a Assistência Social como direito, é preciso regulamentá-la como política pública. Nesse sentido, é criada em 1993, por meio da Lei nº 8.742, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, definindo a Assistência como:

Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, Art. 1º)

Esse marco regulatório foi o principal responsável pela transição da ação de assistencialismo para política pública. Todavia, a Assistência Social deve ser pensada com um direito, rompendo com as ações fragmentadas como visto anteriormente. Pensar a operacionalização da assistência social como política pública, é pensar na integração dessa com demais políticas sociais.

Contraditoriamente, mesmo com a criação da LOAS, o Estado passa a usar a Assistência Social pelo viés funcional, usando-a como instrumento de minimizar as contradições geradas entre Capital e Trabalho. (FERNANDES, 2008)

Nesse sentido, de acordo com a autora acima citada, em uma perspectiva crítica, é preciso entender que o acesso à política pública da Assistência Social é um direito, e não uma ação de benesse por parte do Estado.

Todavia, mesmo com a concepção de direito trazida pela LOAS, a planificação da Assistência Social ainda continua trazendo consigo o lastro de ideias conservadoras e focalistas.

Com o objetivo de organizar a operacionalização da Assistência Social, chegamos ao terceiro marco legal da história dessa política, a construção da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004. (PRATES, 2019)

A PNAS foi criada a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. Tal conquista busca materializar as ações previstas na LOAS. Para a consolidação da PNAS, alguns objetivos foram traçados:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da

assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p.33)

A partir do momento que a política pública se torna uma lei, é possível construir passos seguros para cada ação, organizando cada esfera de governo, de acordo com as especificidades de cada território. (PRATES, 2019)

A PNAS reafirma o desenvolvimento humano e social a partir de seus princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p.32)

Vale ressaltar que nesse período, vivíamos o período desenvolvimentista, com o presidente Lula. Com o governo Lula, percebe-se o começo de um processo de participação dos trabalhadores e gestores da Assistência Social na construção de uma política mais democrática e acessível a todos.

Nesse sentido, a PNAS começa a organizar sua atuação em níveis de proteção: Básica⁴, Especial de Média Complexidade⁵ e Alta Complexidade⁶.

Para dar suporte a PNAS, surgiu o quarto marco legal, a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/SUAS, em 2005, pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Segundo Prates (2019, p.32) “essa norma conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência”.

⁴ A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2004, p.33)

⁵ São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. (BRASIL, 2004, p.38)

⁶ Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (BRASIL, 2004, p.38)

Nesse sentido, a NOB/SUAS (2005) propôs garantir o pacto entre os três entes federativos, para consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Brasil. Ainda de acordo com Prates (2019), a NOB/SUAS possui os seguintes conteúdos:

Caráter do SUAS; funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira; níveis de gestão do SUAS; instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; financiamento e regras de transição. (BRASIL, 2005, p.85)

Dando continuidade na participação de todos os atores sociais, logo um ano depois, em 2006, foi criado a Norma Operacional Básica-NOB-RH/SUAS, por meio da resolução nº 239 de 13 de dezembro de 2006. A NOB-RH/SUAS trouxe mecanismos de implantação da gestão do trabalho e equipe de referência de cada equipamento, com o objetivo de dar sustentação a PNAS. (BRASIL, 2006)

No que tange a proteção social, outro marco regulatório importante para a proteção social brasileira, foi a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (BRASIL, 2009)

Se com a PNAS a proteção social foi organizada em níveis, não seria diferente com os serviços socioassistenciais. Os serviços foram divididos da seguinte maneira:

Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. BRASIL

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (BRASIL, 2009, p.5-6)

Esse é considerado o décimo marco legal da Assistência Social no Brasil, pois regulamentou os serviços, delimitando os públicos-alvo de cada proteção, objetivos do serviço e as provisões. (BRASIL, 2009)

Em 2011, houve alteração da LOAS, mediante a Lei 12.435/2011, de 6 de julho de 2011, ampliando a concepção de direito à Assistência Social, bem como da gestão compartilhada.

Segundo Ostapechen (2020) as principais mudanças dessa lei foram a:

Alteração no conceito de família; b) revisão do conceito de pessoa com eficiência conforme a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; c) instituição da compatibilidade do BPC com a remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz; d) instituição da suspensão especial do BPC quando o beneficiário, pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, restabelecendo o pagamento do benefício suspenso, sem necessidade de reavaliação da deficiência para esse fim quando extinta a atividade laboral e não tendo sido adquirido o direito ao benefício previdenciário. (OSTAPECHEN, 2020, p.27)

No ano seguinte, foi aprovada a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. De acordo com essa resolução, o SUAS trouxe o aprimoramento dos instrumentos de serviços, programas, projetos, benefícios, seguranças afiançadas e de gestão. (BRASIL, 2012)

Mediante posto, entre avanços e retrocessos, a consolidação do SUAS está presente até os dias de hoje. Todavia, mesmo regulamentando a Assistência Social como política pública, sua raiz no assistencialismo ainda carrega faces de uma assistência baseada no clientelismo.

Diante disso, para romper com os estereótipos construídos historicamente, bem como o desmonte que vem ocorrendo na atual conjuntura, é necessário ter uma gestão consolidada, pautada nos preceitos estabelecidos pela Política da Assistência Social após a Constituição Federal de 1988.

3.2 GESTÃO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando que a presente pesquisa busca identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba, se faz necessário mostrar a relação da gestão com a Assistência Social.

A gestão social é a gestão das ações sociais públicas, podendo ser realizadas por instituições estatais ou não governamentais, as chamadas Organizações da Sociedade Civil – OSC. (KAUCHAKJE, 2012)

Desta forma, de acordo com a autora acima, o principal objetivo dessa modalidade de gestão é administrar e atender as necessidades e demandas sociais, consolidando os direitos sociais previstos na Carta Magna de 1988.

Desse modo, a operacionalização da gestão social acontece por meio de políticas públicas, programas, projetos e serviços sociais. Essas ações são a materialização que respondem as demandas e necessidades.

Sob essa ótica, o modelo adotado pela Política de Assistência Social na LOAS (1993), é a gestão social participativa-societal ou democrático-participativa. Desde modo, segundo Kauchakje (2012, p.110) “é um processo de gestão que reforça a relação entre os direitos e o sentido público de decisões e de utilização dos recursos”.

Nesse sentido, foi estabelecido parâmetros de gestão descentralizada, compartilhada e participativa, exigindo o reordenamento institucional dos Estados para consolidação da política. (PERES, 2011)

Nesta perspectiva, de acordo com Sposati e Falcão (1990):

A descentralização constitui igualmente uma excelente fórmula de organização da ação do Estado. O desenvolvimento das funções do Estado é de tal monta, que os organismos centrais de decisão se encontram paralisados ou limitados em sua ação. No caso brasileiro, é certo que os interesses e as especificidades locais foram e são poucos reconhecidas pelas ações do Estado federal. (SPOSATI; FALCÃO, 1990, p.18)

Todavia, a descentralização não se limita na divisão de responsabilidades e custeio da política, ela é um modelo de governo que busca potencializar o protagonismo da sociedade civil e do poder local. (PERES, 2011)

Sob essa ótica, de acordo com a autora acima, o Estado passa a direcionar sua atenção para as demandas da sociedade, se apropriando do conhecimento da realidade, formulando planejamento e estratégias para o enfrentamento das desigualdades.

Sobre esse debate, Peres (2011) elucida que a Assistência Social como política pública começa a se consolidar, contando com profissionais técnicos, como os Assistentes Sociais no planejamento, formulação, execução, assessoramento e avaliação de políticas públicas.

Mediante exposto, os assistentes sociais passam a receber demandas não só operacionais, mas também de planejamento e de gestão, funções estas colocadas como competências do assistente social na Lei 8663/1993. (BRASIL, 1993)

De acordo com a Lei 8663/93, constituem competências do Assistente Social:

- I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização E administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL,1993, art.4º)

Deste modo, os assistentes sociais se debruçam diante da realidade, iniciando o processo de sistematização das atividades, por meio de instrumentos e técnicas que lhe darão suporte para chegar ao objetivo proposto.

Vale salientar que, o uso desses instrumentos está permeado de intencionalidade, pois de acordo com Guerra (2014), o assistente social precisa conhecer a natureza do objeto, bem como sistematizar os elementos necessários, direcionando sua atuação, de modo que esse processo faça a transformação da realidade.

No que tange aos instrumentos, a Política de Assistência Social possui como importante instrumento de gestão o Plano de Assistência Social-PAS, que segundo Peres (2011), regula e trilha o caminho de execução dessa política pública, pois possui objetivos, diretrizes, estratégias, metas, resultados, impactos a serem alcançados e recursos disponíveis, bem como a construção de indicadores, que irão auxiliar em todo o processo de gestão.

Desta forma, para Yasbek (2008), a implantação desse modelo de gestão na Política de Assistência Social foi uma enorme conquista, pois passa do campo do voluntarismo para uma estrutura de política pública de Estado.

Nesta perspectiva, a operacionalização da gestão da Assistência Social acontece por meio da viabilização de recursos advindo do Estado, em prol dos interesses da Sociedade Civil, para a execução de programas, projetos e serviços.

Sob essa ótica, possibilita a expansão e acesso a informações, bem como o assessoramento a esses atores, de modo que sua intervenção transforme a realidade do município e/ou OSC. (IAMAMOTO, 2000)

Nesse sentido, o trabalho do Assistente Social na gestão da Política de Assistência Social está permeado de desafios, tendo em vista que é um trabalhador assalariado, contratado pelo Estado para atender às respostas da população, por meio de políticas criadas por ele.

Sendo assim, mesmo com a luta de interesses advinda do capitalismo, o Assistente Social deve fomentar a participação popular na luta por direitos, criando processos de trabalho inclusivos e que permitam acesso a esses direitos, enfraquecendo assim, o mecanismo burocrático criado pelo Estado.

Não obstante, o avanço das políticas públicas só foi possível a partir da participação da população nas decisões dessas, mediante mecanismos de controle social institucionalizado e não institucionalizado.

Dessa maneira, como visto anteriormente, a gestão pública brasileira a partir dos anos de 1980 trouxe mecanismos de participação popular, engendrando de forma legal os conselhos, tornando-os institucionalmente conhecidos. (KAUCHAKJE, 2012)

Com base na colocação da autora acima, os conselhos da Assistência Social são formados por representantes da Sociedade Civil e do Governo, cujo objetivo é realizar o monitoramento e implementação de políticas públicas, em âmbito federal, estadual e municipal.

No que tange aos conselhos não institucionalizados, os movimentos sociais construíram seus conselhos populares, sem vínculo com instituições ou órgãos do Estado. De acordo com Gohn (2008, p.441), se caracterizam como “ações e redes cidadãos que se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em Fóruns, câmaras e consórcios”.

Contudo, a fim de garantir esses direitos, os processos de trabalho devem ser apropriados de instrumentos que materializem as ações planejadas na gestão. Diante disso, se faz necessário a apropriação do assessoramento técnico como principal instrumento utilizado pela gestão da Política de Assistência Social.

4. CAPÍTULO III: SERVIÇO SOCIAL E ASSESSORAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA

No presente capítulo objetivou-se debater acerca dos resultados da pesquisa aplicada junto às Assistentes Sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba por meio da entrevista e com os 29 municípios desta regional, mediante questionário online, ambos no formato semi-estruturado.

A pesquisa partiu da necessidade de propormos reflexões em relação ao trabalho do assistente social na gestão da Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba, cujo a temática é pouco discutida e produzida teoricamente pelo Serviço Social.

4.1 GESTÃO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, se faz necessário conhecer a instituição em que as assistentes sociais estão lotadas, bem como o território em que se encontram os municípios pesquisados. Sob essa ótica, é preciso conhecer também os processos de trabalho na gestão da Política de Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba.

De acordo com o resgate histórico referente a descentralização político-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988, o Estado do Paraná, mediante lutas entre os diversos atores da sociedade civil, instituiu em 2003 a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SEPT, sendo o principal órgão Estadual da Assistência Social. (PARANÁ, 2003)

Nesse sentido, foi criado à época 18 Escritórios Regionais, localizados em cidades-pólos. Segundo Silveira e Battini (2003), os Escritórios Regionais tinham como competência o desenvolvimento de programas junto com a SEPT, realizando articulações e parcerias regionais para a efetivação das ações.

Nesta perspectiva, atualmente o Estado do Paraná conta com 22 Escritórios Regionais, dentre eles o Escritório Regional de Curitiba. O qual tem como principal objetivo de promover o assessoramento técnico, qualificar e aprimorar a Gestão da Política de Assistência Social nos 29 municípios e OSC's dessa regional, referente ao planejamento e execução de programas, projetos e serviços. (IVASCO, 2019)

Assim como a elucidação do autor acima citado, dentre as atividades acima destacadas, o Escritório Regional também realiza apoio técnico na execução dos recursos repassados via convênios e/ou fundo a fundo. Vale salientar que esse espaço se constituiu com uma equipe multidisciplinar, contando com profissionais da área da Pedagogia, Administração, Direito, Educação Física, Psicologia e Serviço Social.

Outrossim, a operacionalização desses objetivos acontece mediante alguns instrumentos da gestão, como orientações técnicas via e-mail, telefone, reuniões, capacitações e visitas técnicas aos municípios e OSC's e o assessoramento técnico, sendo o principal instrumento do cotidiano profissional do assistente social no Escritório Regional de Curitiba.

4.20 ASSESSORAMENTO TÉCNICO COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme debates em relação ao capitalismo e inserção dos assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho, podemos afirmar que essa categoria profissional tomou conhecimento da sua matéria prima, bem como das forças produtivas e dos meios para intervir na realidade.

Não obstante, os processos de trabalho em que o assistente social está inserido está permeado de instrumentos, que, faz a articulação entre ciência e técnica, engendrando novas formas de consciência e intencionalidade. (GUERRA, 2014)

Sobre esse debate, a autora acima referenciada esclarece que os instrumentais e técnicas não definem o modo de ser do Serviço Social, são componentes do Projeto Profissional, bem como meios para a objetivação da intencionalidade.

Mediante exposto, na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba, o principal instrumento utilizado nos processos de trabalho das assistentes sociais é o assessoramento técnico.

Sob essa ótica, a assessoria é de acordo com Matos (2006, p.5) “a ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade”. Dessa forma, o assessor técnico propõe intervenções, delineando os caminhos para

a efetivação da proposta. Nesta perspectiva, o assessor não executa a ação, porém ele constrói em conjunto com a equipe essa intervenção, podendo a equipe acatar ou não as proposições.

Diante do exposto, o assessoramento técnico propõe o planejamento e operacionalização da gestão da Assistência Social, sendo feito mediante expansão e acesso a informações técnicas, advindos por meio de leis, deliberações, orientações, notas técnicas dos Conselhos da Assistência Social e do DAS, em prol dos interesses da Sociedade Civil, para a qualificação na execução de programas, projetos e serviços. (IAMAMOTO, 2000)

Em suma, o assessoramento pode ser encontrado com diversos nomes, como: orientação técnica, assessoria técnica, apoio técnico, informação técnica e assessoramento técnico. Mesmo com a diferença nas nomenclaturas, a intencionalidade desse instrumento é a mesma.

Contudo, a partir dessa prática, as assistentes sociais conseguem criar estratégias coletivas, conhecendo o território do município ou OSC, fortalecendo um ambiente democrático e participativo, e assim, viabilizar o acesso à direitos garantidos na Carga Magna, em 1988.

4.3DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ASSESSORAMENTO TÉCNICO NA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para cumprirmos com o último objetivo específico dessa presente pesquisa, coube nesse item demonstrar os desafios e possibilidades no trabalho do Assistente Social no assessoramento técnico da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

Para desvelar o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba, utilizou-se na metodologia dessa pesquisa o método materialismo histórico dialético.

A escolha do citado método se dá pela análise concreta da realidade, bem como no entendimento da totalidade das relações sociais. Segundo Netto (2011, p.56) a totalidade “não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente

integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade”.

Nesta perspectiva, utilizou-se como natureza de pesquisa, a pesquisa exploratória, que de acordo com Veroneze (2019, p.162) nesse modelo de pesquisa “pode-se verificar ou fazer abordagens sobre algo cujo conhecimento produzido é insuficiente ou não houve análise sobre determinado assunto”.

Para materializar a pesquisa exploratória, recorreu-se a pesquisa de campo com as assistentes sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba, bem como com os 29 municípios que compõe essa regional. Para Minayo et al. (2008, p.61) “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade”.

Todavia, utilizou-se como técnica de coleta de dados, a entrevista com as assistentes sociais e questionário online, enviado por e-mail para os 29 municípios, ambos com 7 perguntas no formato semiestruturado. De acordo com Costa e Lavoratti (2016) a entrevista semiestruturada é:

Aquela que, apesar de possuir questões norteadoras e objetivos preestabelecidos, deixa espaço para o surgimento de outros aspectos não previstos pelo entrevistador, enriquecendo o processo de comunicação e possibilitando uma coleta de dados maior sobre a totalidade das questões apresentadas pelo usuário. (COSTA; LAHORATTI, 2016, p.88)

Nesse sentido, por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, o método utilizado para a análise dos dados foi a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.95) “A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação”.

Cabe destacar também que nesse processo de análise, foi empregada a análise com categorias. Em concordância com Minayo et al. (2021, p.70) “as categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito”.

Nesta perspectiva, as entrevistas aconteceram com as duas assistentes sociais que atuam no Escritório Regional de Curitiba, nos dias 06/07/2021 e 12/06/2021, por meio remoto na plataforma Google Meet.

No que tange ao questionário, esse instrumento foi elaborado na plataforma digital Formulários *Google*, sendo encaminhado via e-mail no dia 05/07/2021, ficando disponível para resposta até o dia 16/07/2021.

4.3.1 Entrevistas com as Assistente Sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba

Como visto anteriormente, as entrevistas aconteceram por meio remoto, sendo dividida em 7 questões norteadoras, e posteriormente organizadas em quatro categorias.

Sobre esse debate, quando questionadas sobre as três primeiras questões que fazem parte dessa primeira categoria, sobre o tempo de atuação e a importância da capacitação continuada, bem como quem é seu usuário e como acontece sua relação com ele, a Entrevistada 1 possui 6 anos de atuação, sendo 4 anos dentro do Escritório Regional de Curitiba. Já a Entrevistada 2, possui 20 anos de atuação profissional, sendo 7 anos neste mesmo espaço sócio-ocupacional.

Referente a importância da capacitação continuada, afirma-se que ela deve estar presente no cotidiano profissional, como vemos na fala da Entrevistada 1:

É muito importante porque se a gente não se atualizar, não buscar compreender as novas conjunturas que tem também, atuais, fica bem complicado, porque a gente tem que ter um conhecimento mais crítico, e se a gente não continuar estudando, aperfeiçoando e buscar um conhecimento tanto prático como teórico, a gente vai entrando na mesmice do dia a dia, a rotina vai engolindo a gente, e não paramos para refletir, não paramos para questionar o que está acontecendo na sociedade, no que a gente tem vivido. (ENTREVISTADA 1, 2021)

Sobre essa visão, podemos destacar primeiramente o Código de Ética do Assistente Social (1993), que ao tratar sobre a formação continuada, trata-a como responsabilidade profissional para a qualificação dos serviços ofertados à população.

Outrossim, quando questionadas sobre quem é seu usuário e como ocorre sua relação com ele, ambas entrevistadas responderam que eram os municípios acompanhados pelo Escritório Regional de Curitiba.

Vale salientar que houve uma diferença, pois, a Entrevistada 1 destacou que são seus usuários também as OSC's, nas quais possuem Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Contrato junto ao Estado do Paraná, nas quais são acompanhadas por este Escritório.

Sobre essa ótica, ao serem perguntadas sobre como acontece sua relação com os seus usuários, destacaremos as falas das Entrevistadas 1 e 2, posteriormente:

Relação formal, mas de uma forma que eles possam entender uma relação de igual para igual, mostrando para eles que mesmo estando no Escritório não sabemos de tudo, e que muitas vezes vamos atrás. Mas uma relação mais humana, menos burocrática, apesar de ser profissional. Se não tomarmos cuidado nosso trabalho acaba sendo pontual, sem compreender o que está acontecendo. Nosso trabalho entra em contato com a demanda ou eu entro em contato com eles e se surge alguma dúvida a gente acaba resolvendo. Ai eu sempre pergunto como está sendo o trabalho. (ENTREVISTADA 1, 2021)

Nesse sentido, a Entrevistada 2 complementa que é:

Estabelecimento de vínculos. Contexto da pandemia hoje o contato é feito por meio virtual. Esse vínculo acontece quando o município me demanda e eu dou uma resposta rápida e eficaz. Mesmo envolvendo longas conversas e pesquisa da minha parte. Eu preciso fazer um bom trabalho, um bom esclarecimento, fornecer dados para que eles possam, a partir daí, solidificar a execução da Política da Assistência Social dentro dos princípios da PNAS. Eu procuro sempre fundamentar essa orientação que eu vou dar para que eles possam tomar a melhor medida, pois o resultado da minha ação é a execução da política da assistência social, porque o cidadão vai estar acessando os serviços, programas, benefícios e projetos. Quando muda a gestão municipal, seja técnico ou gestor, você vê que esse contato vem com algum receio, e a medida que o município percebe que você está dando preferência, está atendendo, é a partir daí que você começa a criar uma relação de confiança. A partir dessa construção, quando o município traz demanda da PSB, PSE, Gestão, Vigilância, exige do técnico um conhecimento aprofundado da realidade, fazendo diagnósticos, pesquisas e capacitações, encontros com temas pertinentes da assistência social. Na gestão anterior se tinha o planejamento dessas ações. A partir das demandas do escritório mediante o SGD, isso faz com que se conheça um pouco de cada política, mesmo não se aprofundando. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Mediante exposto, a análise das falas das entrevistadas reforça uma gestão democrática e participativa, capaz de articular e construir vínculos e propostas interventivas indiretas e diretamente, que potencializem a gestão local para a efetivação dos direitos sociais, mediante acesso às diversas políticas públicas e qualificação dos programas, projetos e serviços. (CFESS, 2011)

Conforme respostas anteriores, fica nítido que as assistentes sociais têm clareza de quem são seu público-alvo e a importância da consolidação do SUAS em âmbito municipal, sendo esses usuários parte de uma totalidade complexa. Todavia, a atualização profissional se torna um elemento imprescindível para o desvelamento da realidade.

Para a próxima categoria, utilizou-se as questões quatro e cinco, que tratam da importância do (a) assistente social no Escritório Regional de Curitiba e como a atuação profissional promove transformações na realidade dos municípios e usuários acompanhados.

Sobre esse debate, pode-se afirmar a importância por meio das falas das Entrevistas 1 e 2, respectivamente:

O olhar crítico do assistente social, que questiona o trabalho já feito e não simplesmente aceita o que está posto, não vai cumprindo tabela. Visão crítica, visão ampla e totalitária que outra profissão tem, que são fragmentadas. Os fenômenos que acontecem o assistente social consegue olhar de cima, no total e vejo que isso não acontece em todos os profissionais, fazendo um papel fragmentado. (ENTREVISTADA 1, 2021)

Não obstante, o olhar crítico sobre a realidade também é apontado pela Entrevistada 2:

Nossa formação nos permite fazer uma análise de contexto, quando algum técnico do ER que não tem essa formação pega uma demanda, transforma em pontual, burocrática, administrativa. Já o assistente social vai olhar o contexto, analisando por exemplo, o ARCPF⁷, analisando a paridade dos conselhos, se estão tendo reuniões periódicas, quais decisões estão sendo tomadas, qual a necessidade desse trabalho. Fomenta a participação do usuário na assistência, tendo em vista que a política é construída para ele, sem fazer uso de preconceitos, senso comum e juízo de valor. Essa análise de contexto e correlação com outras políticas, olhando de forma articulada para a execução das demandas, de forma detalhada. Olhar de acesso e garantia de direitos, e cuidado para não cair em uma atuação totalmente gerencial, mesmo que isso seja importante olhar no assessoramento, utilizando o bom disso. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Deste modo, para se construir essa visão crítica citada pelas entrevistadas, é preciso refletir a atuação profissional, bem como o cotidiano profissional. Conforme posto, o cotidiano é o espaço da práxis realizada pelas assistentes sociais e, é por meio dessa que a realidade se apresenta e se transforma. (NETTO; CARVALHO, 2012)

De acordo com os autores citados anteriormente, a importância das assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional perpassa pela leitura da realidade complexa, buscando desburocratizar processos, fazendo a mediação entre

⁷ O ARCPF é critério condicionante ao repasse estadual previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/11), em seu artigo 30. Visa atestar a efetiva instituição e regular funcionamento do Conselho, Plano e Fundo Municipal da Assistência Social. (IVASCO, 2019)

o singular e o coletivo, enxergando o usuário em sua totalidade, entendendo que esse está inserido dentro desse processo de exploração da classe trabalhadora e que possui direitos a serem acessados.

Em relação a questão cinco, de como a atuação profissional promove transformações na realidade dos municípios e usuários acompanhados, analisa-se a seguir as falas das Entrevistadas 1 e 2:

Eu vejo que por exemplo, em outros Estados não tem essa configuração do Paraná. Aqui a gente tem a possibilidade de estar mais perto dos municípios e do próprio usuário. Então eu vejo que isso é muito importante a gente consegue estar mais próximo e acesso aos municípios, de igual para igual, consegue cobrar mais, fiscalizar se os serviços estão sendo feitos com qualidade. Cobrar os conselhos. (ENTREVISTADA 1, 2021)

A Entrevistada 2 ainda complementa:

Ampliar o acesso e garantias de direitos, a partir do momento que o município sabe executar, quem acessa é o usuário. A política prevê que o Estado tem que dar esse apoio técnico, que está previsto no SUAS. A partir dessa orientação do Estado por meio do assessoramento, o município compreende esses direitos, e executa a política de uma melhor forma, garantindo cofinanciamento. Se não existir esse cofinanciamento, essa execução também fica prejudicada, que é o que estamos enfrentando hoje. Os municípios não receberam nenhum repasse do Estado. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Diante do exposto, pode-se perceber que todo planejamento feito na gestão da Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba vai impactar diretamente no planejamento e execução da gestão municipal, e consequentemente nos programas, projetos e serviços ofertados aos usuários dessa política.

Nesse sentido, foi constatado também que a formação profissional das profissionais traz muitas potencialidades a acrescentar nesse espaço sócio-ocupacional, evidenciando a luta pelos interesses dos usuários, bem como da consolidação do SUAS nos municípios.

Nesta perspectiva, o processo de trabalho das assistentes sociais nesse Escritório permite potencializar a capacidade da gestão local, compreendendo as características de cada território, fomentando a articulação da assistência social com outras políticas sociais, que juntas formam um projeto político emancipatório para os usuários. (PERES, 2011)

Dando andamento na entrevista, a próxima categoria irá tecer sobre a importância do assessoramento técnico como instrumento da atuação profissional, na qual apresenta-se as respostas das Entrevistadas 1 e 2, posteriormente:

No assessoramento a gente consegue identificar a situação do município, como se fosse uma mini vigilância socioassistencial, consegue visualizar a situação do município, o que precisa melhorar, o que precisa reordenamento. Eu vejo como um instrumento que você pode levantar informações, questionar o município. Primeiro você levanta o que está acontecendo, quais as principais demandas, ou fragilidade no reordenamento de um serviço, aí você consegue questionar. Ai quando não e no âmbito da política, você tem que subir para a gestão municipal para resolver a situação. Meio para levantar o diagnóstico do município. (ENTREVISTADA 1, 2021)

Sobre esse posicionamento, a Entrevistada 2 destaca que o assessoramento é:

Primordial. Como profissional você deve se apropriar da política, entendê-la, para poder oferecer informações e orientações que fortaleçam a execução da política da assistência social no município. Esse conhecimento é um conhecimento construído na relação que você tem com a gestão municipal, pois a execução da política está na ponta. Você pode ter o conhecimento técnico e teórico, mas você precisa olhar o cotidiano e como ele interfere na reflexão e execução. Deve acontecer a relação do conhecimento técnico com a prática, por meio das visitas no município, e com a pandemia, via online. Hoje, todos os técnicos estão se sentindo carentes nesse sentido, pois essas ações não estão sendo feitas pelo ER. A Assistência Social possui um tripé: Apoio técnico, cofinanciamento e conhecimento do território. A partir do diálogo, a gente passa a refletir mais sobre nosso trabalho. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Sobre esse debate, o assessoramento técnico se torna um instrumento que propõe a construção de um vínculo e diálogo entre o assistente social e o gestor ou técnico do município. Dessa forma, esse instrumento é um facilitador de uma construção coletiva que busca ultrapassar as barreiras burocratizadas e formais do Estado. (PERES, 2011)

Outrossim, o assessoramento técnico propõe o planejamento e operacionalização da gestão da Assistência Social, sendo feito mediante expansão e acesso a informações técnicas, advindos por meio de leis, deliberações, orientações, notas técnicas dos Conselhos da Assistência Social e do DAS, em prol dos interesses da Sociedade Civil, para a qualificação na execução de programas, projetos e serviços. (IAMAMOTO, 2000)

Cabe destacar que o assessoramento técnico é um instrumento de grande importância na Política de Assistência Social, pois a partir dele torna-se possível

uma melhor compreensão do território, do direcionamento da gestão municipal e das relações estabelecidas entre a esfera pública e as organizações da sociedade civil – OSC, contando com a participação da sociedade civil no controle social.

Tendo em vista a importância sobre identificar como acontece trabalho o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba, foi criada a última categoria, que tem como questionamento: Quais os desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social no assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba?

Sobre essa problemática, referente aos desafios vivenciados, destaca-se que houve uma divergência nas respostas, porém, levam para um mesmo caminho. Sobre essa ótica, analisou-se as falas elencadas das Entrevistadas 1 e 2 sobre essa temática:

Eu acho que um dos maiores desafios que eu vejo na regional no assessoramento técnico é ir nos municípios, essa questão da troca de gestão. Um serviço vem sendo feito por 4 anos e depois é descontinuado, uma equipe, um trabalho que vem sendo feito, aí de repente troca, desafio de manter esse ritmo, fazendo os técnicos e gestores conhecerem a política. Mostrar para os municípios, a importância da política, fazendo capacitações o ensino continuado e conhecimento da política para os serviços serem garantidos da melhor forma para os usuários. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Entendimento de passar para os profissionais que a assistência social não é favor, é um direito que o usuário tem. Fazer uma análise e avaliação da política com a população. Considerando o período pandêmico, os desafios hoje são a falta de coordenação técnica do escritório regional que não tem, planejamento das nossas ações enquanto ER, para entender melhor o funcionamento do Escritório. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Nesse mesmo sentido, vemos que o problema levantado pela Entrevistada 1 está presente em todas as esferas de governo, pois foi constatado na trajetória da Política da Assistência Social que essa serviu como apoio político, contando com cargos de confiança, em detrimento de cargos concursados, o que aumenta a rotatividade dos gestores e técnicos do órgão gestor, bem como dificulta a continuidade dos programas, projetos e serviços socioassistenciais.

De acordo com a NOB-RH/SUAS:

A continuidade dos serviços supõe a estabilidade dos vínculos dos seus trabalhadores. Nesse sentido, a lógica do concurso público se presta à consolidação de equipes profissionais, que garantam a continuidade e a

qualidade dos serviços públicos, rompendo com a alta rotatividade na assistência social. (FERREIRA, 2010, p.113)

Vale destacar o posicionamento da Entrevistada 2, que aborda assuntos recorrentes no âmbito da Política de Assistência Social e que ainda não foram superados, referente ao entendimento dessa enquanto política pública de Estado e a falta de planejamento na gestão, enfraquecendo ainda mais os direitos sociais.

Dessa maneira, o não rompimento com a visão assistencialista da Assistência Social se dá pelo formato burocrático do Estado, bem como a desarticulação da Política de Assistência Social com as demais políticas sociais, o que demanda ao assistente social sempre a reafirmá-la como política pública e de direito. (SPOSATI et al., 2014)

No que tange ao planejamento, pode se observar que na atual conjuntura as ações estão fragmentadas, sem construção de diálogos e fluxos. Essa afirmativa é elucidada pela Entrevistada 2:

Hoje cada um está a atentando sua demanda de forma individual e emergencial. Existe muitas outras demandas a serem trabalhadas, mas sozinha não dou conta. Com a pandemia, a gente ficou mais sozinhas, então tenho que ler mais, pois falta discussão e diálogo, assistindo lives para a apropriação da realidade. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Todavia, o planejamento é um importante instrumento da gestão, pois a partir dele, tem-se a possibilidade de romper com as demandas emergenciais. Segundo Baptista (2007), o planejamento permite identificar a realidade de forma sistemática, encontrando questionamentos e respostas mais complexas do que aquelas apresentadas na prática imediata.

Conforme posto, nessa mesma categoria foi elencada as possibilidades no trabalho do Assistente Social no assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba.

Não obstante, uma das potencialidades apontadas no assessoramento técnico é a descentralização, que permite às assistentes sociais estarem mais próximas do município ou OSC, utilizando-se de diversos instrumentos para a qualificação da gestão local.

Salienta-se que esse apontamento é feito pela Entrevistada 1 “Como estamos mais perto do município, temos possibilidades de ter um olhar mais próximo, por ter um serviço descentralizado. Com isso, temos tido chances de fazer reuniões, capacitações, isso é fundamental”.

Por outro lado, por atuarem com uma pequena parte de municípios e OSC's e mesmo com a falta de planejamento por parte do Escritório Regional, a Entrevistada 2 afirma que consegue planejar sua atuação profissional, como veremos a seguir:

Possibilidade de mesmo atuar com grupo menor de município e atuando de maneira individual, eu consigo planejar meu trabalho, verifico as demandas e tento trabalhar dentro da PNAS, trabalhando com a mediação e articulação da assistência com as outras políticas setoriais. (ENTREVISTADA 2, 2021)

Deste modo, nessas categorias ficou claro a importância dos (as) assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional, bem como o compromisso ético com a profissão e com os usuários do SUAS.

Cabe destacar que a entrevista feita com as assistentes sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba elucidou a discussão proposta, demonstrando como a práxis profissional pode realizar uma transformação na realidade por meio do assessoramento técnico.

Contudo, foi possível identificar que os desafios e possibilidades no cotidiano profissional são contínuos, o que demanda do profissional se manter atualizado, de modo que amadureça sua visão crítica sobre a realidade, e assim consiga viabilizar direitos e qualificar a gestão municipal, bem como as OSC's, em seus programas, projetos e serviços da Assistência Social.

3.1.1 Análise do Questionário enviado para os gestores e técnicos da gestão do SUAS dos municípios

Em relação ao questionário online enviado para os 29 municípios, esse foi enviado por e-mail, no dia 05/07/2021, ficando disponível para resposta até o dia 16/07/2021. Desta forma, assumiu-se como amostragem, a amostra estratificada. Para Gil (1987, p.95) “caracteriza-se por pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada”.

Nesse sentido, dos 29 municípios que compõe a regional de Curitiba, 16 municípios responderam. Antes de responderem a pesquisa, os municípios responderam se concordavam em participar da pesquisa.

Desses 16 municípios que responderam, 2 que não marcaram como aceite no Termo de Consentimento, de acordo com o Anexo C, portanto, optou-se por não utilizar esses dados para respeitar o critério da ética em pesquisa.

Conforme debatido, foram responsáveis por responder ao questionário os técnicos e gestores da gestão da Assistência Social de cada município, pois sendo esses, os principais profissionais atendidos pelo Escritório Regional de Curitiba.

Dessa maneira, a amostragem foi dividida de acordo com os aspectos demográficos destacados na PNAS (2004), dividindo os municípios por Porte. Deste modo, foi analisado as respostas dos municípios de Pequeno Porte I⁸, Pequeno Porte II⁹ e Grande Porte¹⁰. Sendo assim, a organização dos dados coletados representa a resposta de mais de um município.

A primeira categoria deste tópico elenca a identificação dos municípios, cargo ou coordenação e a formação profissional dos (as) entrevistados (as). A presente pesquisa feita com os municípios revelou que 75% das respostas foram dos gestores (as) da Assistência Social dos municípios e 25% dos técnicos do órgão gestor.

Diante disso, podemos apontar também que 56,3% dos (as) entrevistados (as) possuem especialização, 31,3% são graduados em nível superior, e 12,5% fazem ou terminaram o mestrado.

Diante dos dados apresentados acima, pode-se perceber que tanto os gestores quanto os técnicos do órgão gestor da Política de Assistência Social cumprem com um dos princípios da NOB-RH/SUAS (2006), em relação a educação permanente, visando uma formação sistemática e contínua para uma qualificação do atendimento dos usuários e dos serviços socioassistenciais.

Após esse breve relato do perfil dos (as) entrevistados (as), apresenta-se as respostas das próximas categorias.

Quando questionados (as) sobre a compreensão que eles possuem a cerca do assessoramento realizado pelo Escritório Regional de Curitiba, houve o mesmo

⁸ Entende-se por município de pequeno porte 1 aquele cuja população chega a 20.000 habitantes (até 5.000 famílias em média) (PNAS,2004, p.45)

⁹ Entende-se por município de pequeno porte 2 aqueles cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média). (PNAS,2004, p.45)

¹⁰ Entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias). (PNAS,2004, p.46)

entendimento por parte dos municípios de Porte I, Porte II e Grande porte, conforme veremos alguns apontamentos:

Imprescindível para o repasse de informações das esferas federais e estaduais de forma compilada e direta, em tempo hábil para a devida execução dos nossos recursos com programas e projetos que contemplam o direito as famílias em vulnerabilidade e risco social. (PORTE I, 2021)

Ação de fundamental importância para a efetivação da política pública de assistência social e consolidação do SUAS. Tal assessoramento se torna ainda mais imprescindível para os gestores que até então não atuavam no SUAS e requerem o apoio técnico para melhor poder desenvolver sua gestão. (PORTE II, 2021)

Articulador dos 29 municípios; esclarecedor de demandas técnicas; Orientação aos Gestores; Representante e Ponte de Informação entre Estado e Município; Ouvidor das demandas emergentes dos municípios para encaminhamento às Coordenações Estaduais; monitorador dos prazos que a Gestão Municipal deve cumprir. Assessoramento na minha concepção é a oferta da assistência técnica, orientação e apoio, nos serviços, ações, leis e normativas prestada aos profissionais da Política da Assistência Social, na execução e monitoramento das ações. (GRANDE PORTE, 2021)

Ressalta-se que o assessoramento técnico feito pelo Escritório Regional é um importante instrumento de gestão e planejamento da Política de Assistência Social, pois a partir desse contato com o município, consegue-se elaborar estratégias e apontar caminhos para a efetivação do SUAS nos municípios. (MATOS, 2009)

Em suma, o assessoramento pode ser encontrado com diversos nomes, como orientação técnica, assessoria técnica, apoio técnico, informação técnica e assessoramento técnico. Mesmo com a diferença nas nomenclaturas, a intencionalidade desse instrumento é a mesma.

Nesta mesma perspectiva, perguntou-se aos (as) entrevistados (as) em relação a contribuição do papel das Assistentes Sociais no assessoramento técnico do Escritório Regional de Curitiba na Política Municipal de Assistência Social. Sobre esse questionamento, destacaremos as respostas dos municípios de Porte I, Porte II e Grande porte, respectivamente:

Estes profissionais de ER tem um Papel fundamental para que o município possa executar as políticas públicas, sendo o Intermediador entre os Entes Federados. Informação técnica de qualidade, com a compreensão das especificidades da profissão. Extrema importância para que o trabalho flua de forma correta. (PORTE I, 2021)

Não sou formada em assistência social, porém acredito que os papéis das assistentes sociais são fundamentais no assessoramento técnico, especialmente porque a formação de assistência social agrega o saber das políticas públicas de assistência social mais pormenorizada do que outras áreas de formação. Profissional que tem conhecimento amplo sobre a política de Assistência Social de modo a direcionar de forma mais eficiente as demandas desta política pública. (PORTE II, 2021)

Dar suporte com orientação para melhor desenvolvimento dos Programas e projetos ofertados em parceria e na execução dos Serviços. Saliento a importância do assessoramento, tendo em vista a dinâmica das ações realizadas, bem como a complexidades das normativas e orientações técnicas que são repassadas aos Serviços da Política. (GRANDE PORTE, 2021)

De acordo com as respostas, percebemos que desde a gênese da profissão, o assistente social sempre trabalhou como mediador de interesses entre o Estado e a Sociedade Civil, principalmente quando tratado da Política de Assistência Social.

Sobre essa visão, se faz necessário discutir brevemente sobre a categoria mediação no Serviço Social. O Serviço Social possui características singulares, pois não atua em uma única necessidade humana, e sim sobre todas as necessidades humanas, todavia não se destina também a toda população da sociedade. De acordo com Netto e Carvalho (2012, p.52) “os profissionais de Serviço Social atuam basicamente na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada”.

Todavia, uma das funções do Serviço Social é intervir na relação entre Estado e Sociedade Civil, conforme vimos nos capítulos anteriores, e isso se materializa por meio do suporte, provisões e negociações feitas por meio da articulação da Política da Assistência Social com as demais políticas sociais.

Vale destacar nas respostas que a importância das Assistentes Sociais no assessoramento técnico do Escritório Regional de Curitiba na Política Municipal de Assistência Social, se concretiza como viabilizador de direitos, mediante orientações e informações técnicas, aplicadas durante o assessoramento técnico.

Neste debate, consolida-se uma das dimensões interventivas do Assistente Social na Política de Assistência Social, de acordo com o documento: Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011), conforme veremos na citação a seguir:

Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas,

dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. (CFESS, 2011, p.20)

A última pergunta do questionário na qual irá nortear essa categoria, consistiu em elucidar a respeito das mudanças e transformações que o assessoramento técnico do Escritório Regional de Curitiba possibilita para a Gestão e para os usuários dos serviços.

Nessa mesma lógica, percebeu-se que houve um consenso por parte dos municípios de Porte I, Porte II e Grande porte sobre esse questionamento. Desta forma, teve-se o entendimento que as mudanças e transformações feitas mediante assessoramento técnico perpassam por intervenções indiretas e diretamente para a qualificação da gestão municipal e das OSC's, bem como do planejamento e execução de programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, conforme as respostas dos (as) entrevistados (as):

Através de um bom assessoramento o uso dos recursos se concretizam em ações de qualidade. A interação entre município e estado é de suma importância para que o trabalho flua e exista todo entendimento para se trabalhar com os usuários da Assistência Social, possibilita organização nos municípios. Penso que a Assessoria dos Técnicos do ER, traz segurança aos municípios e tornou-se o canal de comunicação entre as partes, fazendo com que cada município tenha uma referência técnica para dividir e tirar dúvidas frequentes referente os projetos, deliberações e Programas, hoje vejo que a Assessoria tem um papel fundamental na boa aplicação dos Recursos destinados ao município. (PORTE I, 2021)

Considerando a impossibilidade de um assessoramento direto pela SEJUF aos municípios, haja visto o número de municípios paranaenses; Considerando a necessidade de um elo de ligação entre os municípios e o Estado, para fins de assessoramento nas diversas ações técnicas e administrativas das Secretarias Municipais, Acreditamos que as mudanças e transformações ocorrem na medida em que há a compreensão do que executar e de como executar os vários trabalhos demandados dentro da política pública de assistência social. Muitas vezes as dúvidas sobre diversas Notas Técnicas; Deliberações; Planos de Trabalho; Legislações; Capacitações; Prestação de Contas etc.... nos impedem de dar um passo a frente, e é nesse contexto que surge o assessoramento técnico para dar vazão as demandas, para fazer com que haja uma concretização nas ações e dentro dos preceitos da legislação e das normas estabelecidas pelo SUAS. Creio que para os gestores principiantes, em especial àqueles que não tem domínio da política pública de assistência social, o assessoramento técnico do Escritório Regional se constitui como um importante e fundamental ferramenta de gestão. (PORTE II, 2021)

A busca incansável de melhorias nos Serviços é perceptível. O apoio para crescimento da gestão e a melhor oferta dos serviços. Contribui para o melhor desempenho dos Programas Projetos e na execução do Trabalho realizado pelas Equipes. O município quando conta com o assessoramento do ER, se sente amparado e não tão distante do Estado,

o que propicia uma Gestão mais segura na execução da Política de Assistência Social. (GRANDE PORTE, 2021)

Diante do exposto, salienta-se que para a efetivação do SUAS nos municípios, requer a primazia do Estado, bem como que esse priorize a Política de Assistência Social em sua agenda pública, buscando articulação dessa para a superação de vulnerabilidade e risco social. (PRATES, 2019)

Sobre essa reflexão, ter a primazia do Estado significa:

Um Estado com identidade definida - de Estado dedicado ao social e por ele controlado, ainda que num contexto de economia de mercado. Que use de sua autoridade formal nos processos de decisão, mas que o faça com base em valores precisos, concretizando a mediação dos conflitos e das diferenças e as relações de reciprocidade entre os vários atores da política. Que seja executor e ao mesmo tempo propulsor e indutor de parcerias capazes de integrar e complementar as ações públicas, na construção de uma política orgânica que promova efetivamente a equidade e a justiça social. (BRASIL, 2008, p.23)

A partir dessa discussão, pode-se dar passos seguros para a qualificação da gestão da Assistência Social conforme apontado nas falas dos municípios. Desta forma, com o assessoramento técnico, os municípios começam a romper com a lógica de benesse da Assistência Social, reconhecendo-a como política pública e de direito, sendo garantidos por lei.

Sendo assim, mediante o assessoramento técnico é possível fortalecer a gestão local, considerando as particularidades territoriais, além de fomentar e assegurar um ambiente democrático e participativo, garantindo a proteção social, mediante o acesso aos direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a temática proposta elucida sobre: Assessoramento na Assistência Social: desafios e possibilidades no trabalho do Assistente Social na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba, a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

Conforme posto nesse trabalho, constatou-se que as profissionais inseridas nesse espaço sócio-ocupacional têm um compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão, bem como tem ciência das relações de poder que permeiam sua intervenção profissional.

Denota-se nas falas das profissionais e dos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba, a responsabilidade das assistentes sociais em defesa dos direitos dos usuários.

Nesse sentido, busca-se por meio da sua atuação profissional, desburocratizar os processos de trabalho, e assim, viabilizar direitos, direcionando a gestão municipal do SUAS para um melhor entendimento e execução da Política de Assistência Social.

De acordo com o método utilizado, elencaram-se os três objetivos específicos: Conhecer a categoria trabalho na sociedade capitalista, demarcando o Serviço Social enquanto profissão e o Assistente Social como trabalhador; apontar um breve histórico da Política da Assistência Social no Brasil, contextualizando a execução da gestão pública desta política; e, por fim, demonstrar o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

No primeiro objetivo proposto sobre conhecer a categoria trabalho, evidenciou-se que o mundo do trabalho assumiu diversas formas, sendo destacada nesse presente capítulo, notas sobre o trabalho na sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, revela-se que o trabalho na sociedade capitalista é direcionado pelas relações mercadológicas, fazendo com que o trabalhador detentor de sua força de trabalho venda-a para o capitalista, sendo esse o dono dos meios de produção.

Diante do exposto, manifestou-se que o processo de trabalho no capitalismo se fundamenta na divisão sócio e técnica do trabalho, em que o trabalhador não tem controle sobre todo o processo de trabalho, e sim sobre uma pequena parte do processo de produção.

Todavia, para que isso se concretize, o capitalismo baseia-se em dois conceitos centrais: A mais-valia e alienação. A mais valia é o tempo de trabalho não pago, o trabalho excedente. Sobre essa visão, a alienação fundamenta-se na relação entre trabalhador e produto, em que esse não reconhece o produto de seu trabalho, se tornando estranho e externo a ele.

Dentro desse processo de exploração da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, foi engendrado o Serviço Social como profissão, bem como o Assistente Social como trabalhador.

Todavia, elucidou-se que a profissão foi criada para mediar a relação entre Estado e Sociedade Civil, principalmente no processo de urbanização e industrialização.

Nesse sentido, mediante o aumento do pauperismo, o Estado passa a utilizar o Serviço Social para intervir na realidade, por meio da Questão Social. Sobre visão, as primeiras atuações profissionais foram pautadas na filantropia. Deste modo, em 1940 aconteceu a institucionalização do Serviço Social, por meio do CNSS, o que demandou a procura do trabalho dos Assistentes Sociais na esfera pública.

A partir de 1960, o Serviço Social começa a repensar sua atuação, por meio do Movimento de Reconceituação. Durante os debates desse movimento, aconteceu no Brasil a Ditadura Militar (1964-1985), que sufocou veementemente as discussões e mudou as relações sociais, bem como o trabalho dos assistentes sociais.

Nessa lógica, durante do Movimento de Reconceituação o Serviço Social adotou diversas faces, sendo elas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e intenção de ruptura.

Nesta perspectiva, a luz da intenção de ruptura, o Serviço Social constrói seu Projeto Ético-Político, sendo por meio da Questão Social e das suas múltiplas expressões que o Serviço Social reconhece a classe trabalhadora enquanto classe, inserida na emergência e inserção no cenário político.

Portanto, o Assistente Social está meramente ligado à condição de trabalhador, pois vende sua força de trabalho ao empregador. Sobre esse debate, o Assistente Social é capaz de atuar em vários espaços sócio-ocupacionais, com

atendimento direto e indireto à população, em diferentes políticas, inclusive na gestão da Política de Assistência Social.

No que tange à Política de Assistência Social, evidenciou-se que essa surgiu como mecanismo de controle da população mais vulnerável. Apesar da Constituição de 1988, que elencou essa política na agenda pública e reconheceu-a como direito, compondo a Seguridade Social, salienta-se que essa apresenta muitos desafios a serem superados.

Vale destacar que essa política foi construída e conquistada pela classe trabalhadora, e seu reconhecimento enquanto política pública ainda está em processo, tendo em vista que a raiz do assistencialismo ainda se encontra presente.

Mesmo em meios a tantos desafios, a Constituição Federal de 1988 construiu um modelo de gestão descentralizada da Política de Assistência Social, mais conhecida como gestão social, garantindo uma gestão compartilhada e participativa. Mediante a essa descentralização, foi possível dividir as responsabilidades entre os entes federados, visando potencializar a gestão local.

Dessa forma, compete ao Estado prestar o assessoramento técnico aos municípios. Deste modo, a utilização do assessoramento técnico como principal instrumento da gestão da Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba permite a expansão e acesso a informações técnicas, advindos por meio de leis, deliberações, orientações, notas técnicas dos Conselhos da Assistência Social e do DAS, em prol dos interesses da Sociedade Civil, para a qualificação da gestão municipal, bem como das OSC's, na gestão e execução de programas, projetos e serviços.

Não obstante, após o tratamento dos dados e análise reflexiva, foi possível identificar por meio das entrevistas com as Assistentes Sociais lotadas no Escritório Regional de Curitiba e por meio do questionário online enviado para os gestores (a) e técnicos (a) dos municípios vinculados a esse Escritório, que essas possuem uma visão crítica da realidade, bem como sempre estão à procura de manter uma formação continuada.

Desta forma, a importância dessas profissionais nesse espaço sócio ocupacional perpassa pelo reforço de uma gestão democrática e participativa, capaz de articular propostas interventivas, potencializando a gestão local mediante o assessoramento técnico, para o planejamento e execução da gestão da Política

Municipal de Assistência Social, e conseqüentemente no acesso dos usuários aos seus direitos, programas, projetos e serviços dessa política.

Em relação aos desafios elencados pelas profissionais lotadas no Escritório Regional de Curitiba, percebe-se que a alta rotatividade de gestores e técnicos da Política de Assistência Social interfere em um serviço continuado e de qualidade. Sobre esse debate, foi discutido também a falta de planejamento, o que permite uma atuação fragmentada, enfraquecendo ainda mais essa política.

As possibilidades elencadas têm relação com a descentralização político-administrativa, o que possibilitou a essas Assistentes Sociais estarem mais perto dos municípios, pois a partir dessa relação mais próxima, é possível construir vínculos e diálogos, e assim, desenvolver estratégias e propostas coletivas, articulando a Política de Assistência Social com as demais políticas sociais, respeitando a especificidade de cada território.

No que tange ao questionário online e a entrevista com as Assistentes Sociais, ambos tiveram a mesma percepção sobre o que é o assessoramento técnico. Em síntese, é um conjunto de orientações articuladas de forma continuada, que busca fortalecer a gestão local por meio das diretrizes do SUAS.

Conforme elencado, as Assistentes Sociais têm muito a acrescentar nesse espaço sócio-ocupacional. A partir de seu Projeto Ético Político e das dimensões da profissão, sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, consegue-se intervir na realidade, tomando-a como objeto e realizando nela uma transformação.

De acordo com a análise das entrevistas e do questionário online enviado aos gestores (as) e técnicos (as) da gestão Municipal da Política de Assistência Social, pode-se perceber que o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba acontece por meio do assessoramento técnico, tornando-o um canal de comunicação, construção de vínculos e de acesso à direitos, trazendo segurança para o planejamento e execução da Política de Assistência Social nos Municípios.

Em suma, o assessoramento técnico garante que o Estado em sua responsabilidade estatal, ofereça estratégias coletivas para a promoção da proteção social, mediante o acesso aos direitos.

Outrossim, pode-se compreender que o assessoramento técnico é um importante instrumento viabilizador de direitos, podendo ser encontrado com diversas nomenclaturas.

Contudo, percebe-se que os objetivos elencados foram respondidos. Espera-se que essa presente pesquisa possa contribuir para a valorização do trabalho dos (as) Assistentes Sociais que atuam no Escritório Regional de Curitiba, demonstrando a importância da sua atuação profissional.

Por fim, conclui-se que o interesse pela temática proposta possa instigar mais profissionais a pesquisarem sobre a área da gestão, pois mesmo essa não atuando de forma direta com o usuário, possui conteúdos de extrema relevância a serem explorados pela categoria profissional.

Sendo assim, os processos de trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba possibilitam a humanização de processos, mediante a viabilização de direitos e a participação dos usuários nas decisões da Política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**, Brasília-DF, 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>> Acesso em: 25/06/2021

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro -- São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>> Acesso em: 20/03/2021

BAPTISTA, M.V. **Planejamento Social, intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2007.

BATTINI, O. SILVEIRA, J.I. FOWLER, M.B. COLIN. D.R.A. SCHONS, S.M. **Política Pública da Assistência Social no Estado do Paraná. Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social: história, significado e instrumentação**. – Curitiba: CIPEC; CPIHTS, 2003

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08/07/2021

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em: 07/03/2021

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília. 2004. Reimpressão 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 30/12/2020

BRASIL. **Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS. Brasília, 2005

BRASIL. **Resolução n. 269, de 26 de dezembro de 2006**. Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social-NOB-RH/SUAS. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Capacita SUAS. Vol 2 – 1. Ed, - Brasília-DF, 2008. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol2_%20desafio%20gestao.pdf> Acesso em: 11/07/2021

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Tipificação dos serviços socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 08/07/2021

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm> Acesso em: 30/12/2020

CARVALHO. G.F. **A Assistência Social no Brasil: da caridade ao direito. Monografia em Bacherel em Direito.** Orientadora: Telma Graça de Lima Lage. 2008. TCC (Graduação) - Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro-RJ, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF>> Acesso em: 27/12/2020

CARVALHO, M.B. MARCELINO, C.A.A.S. **Trabalho e Sociabilidade.** Curitiba/PR: Intersaberes, 2019

CATANI, A.M. **O que é capitalismo?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora brasiliense, 1980. Disponível em: <<http://apca.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Colecao-Primeiros-Passos-O-Que-e-Capitalismo.pdf>> Acesso em: 08/05/2021

COLMÁN, E. POLA, K.D. Trabalho em Marx e Serviço Social. In: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina-PR, v. 12, n.1, p. 179-201. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10058/8794>> Acesso em: 16/12/2020

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social.** Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em 25/06/2021

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm> Acesso em 25/06/2021

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação do/a Assistente Social na Política de Assistência Social.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf> Acesso em: 28/07/2021

COSTA, D. LAVORATTI, C. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO->

INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf> Acesso em: 27/07/2021

FALEIROS.V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007

FERNANDES, S. **Estado e Política da Assistência Social: Particularidades do trabalho do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social do Estado do Paraná**.2008. Tese (Doutorado em Serviço Social). Orientadora: Rachel Raichelis Degenszajn, 2008.Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17905/1/Solange%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 12/12/2020

FERREIRA, S. S. **A construção do lugar dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social: uma análise da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – São Paulo: Atlas,1987. Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>> Acesso em: 16/03/2021

GOHN, M.G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa latina. In: **CHR**. Salvador, v.21, n.54, p. 439-455,2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GPtZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 11/07/2021

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. – 10. Ed. – São Paulo: Cortez,2014

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no capitalismo. In: **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n. 03 Jan-Jun.p.9-33, Brasília. 2001

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO.R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 41. Ed – São Paulo: Cortez, 2014.

IVASCO. D.E.B. **Plano Individual de Estágio**. Curitiba, 2019

KAUCHAKJE. S. **Gestão pública de serviços sociais**. – Curitiba: Intersaberes,2012

MARX, K. **Manuscritos econômico -filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 1844. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp->

content/uploads/2013/05/manuscritos-economicos-e-filos%C3%B3ficos_-_marx.pdf>
Acesso em: 24/04/2021

MARX, K. ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edições Sociais: São Paulo, 1977. Disponível em:
<<http://www.joinville.ifsc.edu.br/~alexsandra/A%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20do%20macaco%20em%20homem.pdf>> Acesso em: 08/05/2021

MATOS, M.C. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Serviço Social: **In: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MINAYO, M.C.S. DESLANDES, S.F. NETO, O.C. GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21°. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>
Acesso em: 16/03/2021

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **In: Temporalis**. APEPSS. Brasília, 2001, n. 3, p. 41-45, 2001. Disponível em: <
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf> Acesso em: 24/08/2021

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** – 8. Ed- São Paulo: Cortez, 2005

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 9.ed. ampliada – São Paulo, Cortez, 2009. Disponível em: <
<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>>
Acesso em: 10/06/2021

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx** - 1°. ed. – p. 56-57. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em:
<<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>>. Acesso em: 16/03/2021

NETTO, J.P. CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. – Ed. – São Paulo: Cortez, 2012

MIOTO, R. C.; NOGUEIRA, V.M.R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **In: Rev. katálisis**, Florianópolis 73, v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013. Disponível em <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300005/24860> >. Acesso em 21/06/2021.

OSTAPECHEN, E.R. **A atuação do assistente social na gestão estadual do sistema único de assistência social do paraná**. Orientadora: Prof. Me Raquel Barcelos de Araújo. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Serviço Social, Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba-PR, 2020

PARANÁ. **Decreto-Lei nº 13.986 – 30 de dezembro de 2002.** Art. 1º -a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR fica transformada em Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades relativas à definição de diretrizes e programas para as políticas, 2003. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13986-2002-parana-altera-conforme-especifica-a-estrutura-administrativa-do-estado>> Acesso em: 23/07/2021

PEREIRA, P. A. P; BRAVO, M.I.S. **Política Social e Democracia.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PERES, G. L. **A assessoria do Serviço Social na gestão das Políticas Sociais-** 1º Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109257/ISBN9788579834257.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21/06/2021

PRATES, A.M.M.C. **Política de Seguridade Social: Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Curitiba: InterSaberes,2019

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia.** 3. ed. Cidade: Nova Cultural, 1992.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do Projeto Profissional de Ruptura.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, A. FALCÃO, M.C. **A assistência social brasileira: descentralização e municipalização.** São Paulo: Educ,1990

SPOSATI, A.O. BONETTI, D.A. YASBEK, M.C. CARVALHO, M.C.B. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez,2014

VERONEZE, R.T. **Pesquisa em Serviço Social: dimensão constitutiva do trabalho do assistente social.** Curitiba: InterSaberes,2020

YASBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. CapacitaSUAS,** Brasília: MDS, 2008.

YASBEK, M.C. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais.** Brasília-DF, 2009. Disponível em: < <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>> Acesso em: 24/08/2021

**APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTA COM AS
ASSISTENTES SOCIAIS LOTADAS NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA**

1. Quanto tempo você atua como assistente social? Como você compreende a formação continuada?
2. Quem é seu usuário?
3. Como acontece sua relação com seu usuário?
4. Qual a importância dos assistentes sociais no Escritório Regional de Curitiba?
5. Que transformações você acredita que sua atuação no Escritório Regional de Curitiba pode promover nos usuários e municípios
6. Para você, qual a importância do assessoramento técnico como instrumento da atuação profissional?
7. Quais os desafios e possibilidades no trabalho do Assistente Social assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba?

**APÊNDICE B – QUESTÕES NORTEADORAS DO QUESTIONÁRIO ONLINE
ENVIADO PARA OS GESTORES E TÉCNICOS DOS 29 MUNICÍPIOS
VÍNCULADOS AO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA**

1. Município:
2. Cargo/Coordenação: |
Técnico ()
Gestor ()
3. Formação profissional:
Médio ()
Superior ()
Especialização ()
Mestrado ()
Doutorado ()
4. Qual a compreensão de assessoramento realizado pelo Escritório Regional de Curitiba?
5. Qual a contribuição do papel das assistentes sociais no Assessoramento Técnico da Política Municipal de Assistência Social?
6. Que mudanças/transformações você percebe que o assessoramento técnico do Escritório Regional de Curitiba possibilita para a Gestão e para os usuários dos serviços?
7. Qual a necessidade do município no que tange ao assessoramento técnico na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO PARA ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS LOTADAS NO ESCRITÓRIO REGIONAL DE CURITIBA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado *Assessoramento na Assistência Social: Desafios e Possibilidades no Trabalho do Assistente Social na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba* desenvolvida (o) por Diego Eduardo Batista Ivasco. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Marcos Antônio Klazura, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº (41) 98522-3531 ou e-mail diegoivasco29@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é em identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada (a ser gravada a partir da assinatura desta autorização). O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Curitiba, 05 de julho de 2021.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENVIADO
PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ONLINE, ENVIADO PARA OS
GESTORES E TÉCNICOS DOS 29 MUNICÍPIOS VÍNCULADOS AO ESCRITÓRIO
REGIONAL DE CURITIBA**

Projeto de pesquisa vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, que tem como objetivo em identificar como acontece o trabalho do Assistente Social no assessoramento da Política Estadual de Assistência Social aos municípios vinculados ao Escritório Regional de Curitiba.

Nesse sentido, esse questionário está sendo enviado aos 29 municípios que compõem a regional de Curitiba e são assessorados pelas assistentes sociais do Escritório Regional de Curitiba.

Nesta perspectiva, as respostas poderão ser formuladas por algum (a) gestor (a) da Política Municipal da Assistência Social e/ou técnicos do órgão gestor.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: Assessoramento na Assistência Social: Desafios e possibilidades no trabalho do Assistente Social na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba. O interesse pela temática proposta se dá pela percepção a existência de poucos materiais que abordam o trabalho do Assistente Social inserido nos órgãos gestores, bem como dos instrumentais e técnicas utilizadas.

RECURSOS E BENEFÍCIOS

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Ainda, poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a), além disso, o pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O trabalho será utilizado para fins acadêmicos.

SIGILO E PRIVACIDADE

Os resultados estarão à sua disposição quando esta pesquisa estiver finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Antes de responder o questionário você precisa concordar com o termo de consentimento, para validarmos a sua concordância.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos no referido projeto são Diego Eduardo Batista Vasco e Marcos Antonio Klazura, vinculados ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional Uninter, podendo manter contato por meio do telefone (41) 98.522-3531 (Diego) e email: diegoivasco29@gmail.com

DECLARAÇÃO

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo da já mencionada pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar por minha participação.

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deste modo, concordo em participar da presente pesquisa "Assessoramento na Assistência Social: Desafios e Possibilidades no trabalho do Assistente Social na Política Estadual de Assistência Social no Escritório Regional de Curitiba".



14 respostas

Clique se concorda com o
Termo de Consentimento Livre e
Esclarecido e deseja participa...

